



EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

ENSINO MÉDIO

BLOCO 1



9000
% % %

Ministério da
Educação

LIVRO DO
PROFESSOR

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

Ministério da
Educação

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

ENSINO MÉDIO

BLOCO 1

LIVRO DO PROFESSOR

1ª EDIÇÃO REVISADA

BRASÍLIA – DF. CONEF, 2013.

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

Banco Central do Brasil (BCB)

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)

Superintendência de Seguros Privados (Susep)

Ministério da Fazenda (MF)

Ministério da Educação (MEC)

Ministério da Previdência Social (MPS)

Ministério da Justiça (M)

Representantes da sociedade civil para o período 2011-2014:

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)*

Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC)

Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica (DICOCEB/SEB/MEC)

Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC/SECAD/MEC)

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA)

Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio (Abac)

Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec)

Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA)

Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg)

Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)

Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG)

Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Instituto Unibanco (IU)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)

**A partir da instituição da ENEF, o GAP adquiriu nova composição, conforme Art. 5º do Decreto nº 7.397/2010.*

Agradecimento especial aos alunos do 1º ano do Ensino Médio de 2009 da Escola SESC de Ensino Médio, no Rio de Janeiro.

Coordenação do Programa Educação Financeira nas Escolas: Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil)
www.vidaedinheiro.gov.br

Organização e Produção

Didak Consultoria

Linha Mestra Consultoria

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Banco Central do Brasil.

Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor / [elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013.

3 v. : il. color.

Conteúdo: **Bloco 1.** Vida familiar – Vida social – Bens pessoais – **Bloco 2.** Trabalho – Empreendedorismo – Grandes projetos – **Bloco 3.** Bens públicos – Economia do país – Economia do mundo.

ISBN: 978-85-67217-03-1

1. Educação financeira (Ensino médio) - estudo e ensino. 2. Finanças pessoais (Ensino médio) – estudo e ensino. I – Comitê Nacional de Educação Financeira (Brasil)(CONEF). II – Título

CDD 332.04

CDU: 64.031.3



O Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) adota a Licença de Atribuição (BY-NC-ND) do Creative Commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>) nos livros "Educação financeira nas escolas". São permitidos o compartilhamento e a reprodução, contanto que sejam mencionados os autores, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma, nem utilizá-la para fins comerciais.

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO DO COREMEC

O presente material é o resultado da atuação coordenada de diversas instituições do Estado e da sociedade civil com o objetivo de promover a educação financeira da população brasileira. Sua origem remonta à iniciativa do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), instituído pelo Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006, de constituir Grupo de Trabalho, sob coordenação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para propor uma estratégia nacional de educação financeira.

O COREMEC é integrado pelo Banco Central do Brasil (BCB), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem o propósito principal de promover a coordenação e o aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas à captação pública da poupança popular.

Tal propósito tem os objetivos de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização.

No intuito de construir uma proposta conjunta com a iniciativa privada e a sociedade civil, foi autorizada a participação de membros auxiliares nos trabalhos do grupo, selecionados entre aqueles que pudessem contribuir para o desenvolvimento do tema educação financeira. Esse trabalho conjunto entre dimensões pública e privada da vida social objetivava desenvolver-se com legitimidade e assegurar o apoio institucional necessário para a execução.

Entre as iniciativas consideradas, o COREMEC julgou estratégica a elaboração de um programa para a educação financeira de crianças e jovens, considerando a experiência internacional que aponta para a necessidade de inserir o tema ainda na escola, a fim de ajudar na formação de uma cultura de prevenção e de planejamento, investimento, poupança e consumo conscientes.

Diferentemente de algumas estratégias nacionais de educação financeira desenvolvidas por outros países, o programa envolveu, desde a sua concepção, educadores, instituições públicas de ensino e entidades representativas dos setores educacional (Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED – e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME) e financeiro, além dos órgãos integrantes do COREMEC, tendo trabalhado em estreita colaboração com o MEC, por meio, principalmente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e da Secretaria de Educação Básica (SEB), para planejar e construir a forma mais adequada de levar o tema às escolas.

Para organizar esse esforço e articular a atuação de diversas instituições, e considerando também a estrutura do sistema educacional, a autonomia das escolas e o papel da União na coordenação da política nacional de educação, foi constituído o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), no qual a participação de atores não-governamentais foi intensa.

Esse grupo elaborou, sob coordenação de educadores do Instituto Unibanco, o documento *Orientações para Educação Financeira nas Escolas*,¹ que foi apresentado em seminário sediado pelo BCB, em Brasília, em setembro de 2008, com a participação de representantes do MEC e das Secretarias de Educação de estados e municípios.

O Ensino Médio foi escolhido como o primeiro nível de ensino a receber os materiais didáticos elaborados por educadores do Instituto Unibanco, com a colaboração de representantes do COREMEC e dos diferentes sistemas de ensino, e aprovados no âmbito do GAP.

O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar e a Superintendência de Seguros Privados, em conjunto com todas as instituições que apoiaram esse programa, acreditam que essa iniciativa se tornou possível graças ao atual estágio de amadurecimento institucional do Brasil, que possibilitou o trabalho voluntário de diversas pessoas e instituições ao longo de dois anos de esforço conjunto, unidos pelo objetivo maior de construir uma trajetória sustentada de desenvolvimento socioeconômico, com a redução das desigualdades sociais e econômicas e a promoção da cidadania.

**Comitê de Regulação e Fiscalização dos
Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de
Previdência e Capitalização (COREMEC)**

Brasília-DF
2010

¹ www.vidaedinheiro.gov.br

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO DO CONEF

Este livro faz parte de um importante programa educacional brasileiro: o Programa Educação Financeira nas Escolas, uma iniciativa da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) com o objetivo de oferecer ao jovem estudante a formação necessária para que possa tomar decisões financeiras conscientes e sustentáveis tanto para a vida pessoal quanto para o país. O Programa foi desenvolvido para as escolas porque a instituição escolar é um espaço fundamental para construção das competências necessárias para o jovem enfrentar os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para a construção e o exercício da cidadania.

A ENEF, instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, é resultado de um intenso trabalho de instituições do Estado e da sociedade civil. A iniciativa foi desencadeada pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC). Juntamente com a Estratégia Nacional de Educação Financeira, foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que recebeu a responsabilidade de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF.

O Conef é composto pelas seguintes instituições: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Previdência Social (MPS), e Ministério da Justiça (M)), além de quatro representantes da sociedade civil. Para o período 2011-2014, foram escolhidas para representar a sociedade civil no Conef as seguintes instituições: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

O Programa Educação Financeira nas Escolas é uma ação relevante e estratégica para toda a sociedade brasileira. Ao inserir a educação financeira na formação dos estudantes, o Programa contribui para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Os conhecimentos adquiridos com este material podem favorecer a transmissão do aprendizado pelos jovens a seus familiares e podem ajudá-los a conquistar sonhos individuais e coletivos e a protagonizar suas trajetórias de vida.

Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)

Brasília, DF
2013

Prezado Professor,

Você está recebendo o Livro do Professor de Educação Financeira, que, juntamente com o Livro do Aluno e o Caderno do Aluno, compõe o conjunto de materiais didáticos preparados especialmente para você trabalhar o tema com seus alunos.

O Livro do Professor está organizado em duas partes. A Parte I apresenta os conceitos pedagógicos que fornecem suporte ao programa de Educação Financeira nas escolas. A Parte II é o espelho do Livro do Aluno, acrescido de orientações pedagógicas e de informações adicionais para trabalhar os conteúdos de Educação Financeira em sala de aula.

A você, professor, agente fundamental no processo de aprendizagem dos alunos, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), em conjunto com todas as instituições envolvidas na concepção, execução e coordenação do Programa de Educação Financeira nas Escolas, deseja que seu envolvimento e atuação contribuam para resultados significativos não só na vida dos alunos como na sua própria também.

SUMÁRIO

Bloco 1

1	PARTE I
1	Justificativa
1	Modelo Pedagógico
7	As Situações Didáticas (SDs)
10	Os elementos de página
10	Organização do livro
15	PARTE II
16	O que você já sabe?
18	TEMA 1 • VIDA FAMILAR COTIDIANA
18	Anote na agenda para não esquecer
20	Calendário
22	Reparos na casa
24	Supermercado
26	Ponha na balança
30	Imprevistos acontecem!
34	Para gastar é preciso ter
36	TEMA 2 • VIDA SOCIAL
36	Que desperdício...
38	E vai rolar a festa
40	Ceder ou não ceder à pressão dos amigos: eis a questão!
44	Comprando um presente
46	Acampamento
48	Viva São João!
50	Voltando de viagem
52	TEMA 3 • BENS PESSOAIS
52	Em busca do tênis perfeito
54	Computador
58	Câmera digital
62	Num passe de mágica
66	Celular
70	Quebrou! E agora, quem me defende?
74	Traduzindo o dinheiro
76	Sonho Planejado
77	Referências bibliográficas
79	Glossário

SUMÁRIO

Bloco 2

1	PARTE I
1	Justificativa
1	Modelo Pedagógico
7	As Situações Didáticas (SDs)
10	Os elementos de página
10	Organização do livro
15	PARTE II
16	O que você já sabe?
18	TEMA 4 • TRABALHO
18	O trabalho dá as cartas
20	Primeiro emprego
24	Renda-se!
26	Vacas magras e vacas gordas
30	O incrível caso do 13º salário que sumiu
32	Linhas da vida
34	Antenor, o precavido trabalhador
38	TEMA 5 • EMPREENDEDORISMO
38	Uma grande ideia!
42	Quais são os seus talentos?
44	Profissão: Empreendedor
48	A alma do negócio
50	Mãos à obra!!
52	Vitória!
54	Muito além do lucro
58	TEMA 6 • GRANDES PROJETOS
58	Tijolo por tijolo
62	Surpresa!
64	No seu cantinho
70	Todo o dia ela fala a mesma coisa
74	Um carro para chamar de seu
78	Agora é a minha vez de ajudar os meus pais
80	Quantos quilômetros separam você do seu amanhã?
82	Sonho Planejado
83	Referências bibliográficas
85	Glossário

SUMÁRIO

Bloco 3

1	PARTE I
1	Justificativa
1	Modelo Pedagógico
7	As Situações Didáticas (SDs)
10	Os elementos de página
10	Organização do livro
15	PARTE II
16	O que você já sabe?
18	TEMA 7 • BENS PÚBLICOS
18	Tudo tem o seu preço
20	Orçamento escolar
22	Livro escolar
24	Espaço público
26	Serviços públicos
30	Corrupto, EU?
32	Rap do contador
34	TEMA 8 • ECONOMIA DO PAÍS
34	Cultura e esporte
38	Meu bicho-papão nunca foi a inflação
42	Supervisores do Sistema Financeiro Nacional
48	Falando “economês”
52	Mercado
56	Previdência
60	Salário mínimo
64	TEMA 9 • ECONOMIA DO MUNDO
64	Fascículo Especial sobre Moeda
68	Rádio Sul-americana
70	O jogo dos blocos econômicos
72	Negócio da China
76	Organismos internacionais
80	O bem-estar do seu país
84	Momento de crise: E eu com isso?
88	Sonho Planejado
89	Referências bibliográficas
91	Glossário

PARTE I

JUSTIFICATIVA

A entrada da Educação Financeira nas escolas se justifica por diversas razões amplamente estudadas pelos países que já acumulam experiência na área. Entre essas razões se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e de se tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário.

A Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados são mais autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só a própria qualidade de vida como a de outras pessoas.

A Educação Financeira tem um papel fundamental ao desenvolver competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país. Tal desenvolvimento retorna para as pessoas sob a forma de serviços mais eficientes e eficazes por parte do Estado, numa relação saudável das partes com o todo.

MODELO PEDAGÓGICO

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos financeiros autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas de vida do aluno porque é nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará resolver. Os estudos sobre diversas experiências internacionais confirmam que os alunos aprendem melhor no contexto das situações reais que enfrentam.

Para dar concretude a essas intenções, o modelo pedagógico se apoia em duas dimensões conceituais, às quais se conectam sete objetivos gerais que, por seu turno, se traduzem em dez competências. É o que explicam as próximas páginas.

Dimensões

O cotidiano acontece sempre em um espaço e um tempo determinados. Como a Educação Financeira é comprometida com esse cotidiano, é importante que seja estudada de acordo com as dimensões espacial e temporal.

Na **dimensão espacial**, os conceitos da Educação Financeira são tratados tomando-se como ponto de partida o impacto das ações individuais sobre o contexto social e vice-versa. Essa dimensão compreende os níveis individual, local, regional, nacional e global, organizados de modo inclusivo.

Em todo o material de Educação Financeira, entende-se que o “nível individual” abrange também a família – uma vez que o aluno de Ensino Médio geralmente não goza de plena autonomia financeira –, e entende-se “família” como o conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, independentemente dos laços familiares.

Na **dimensão temporal**, os conceitos são abordados a partir da noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos que permitirá perceber o presente não somente como fruto de decisões tomadas no passado, mas também como o tempo em que se tomam certas iniciativas cujas consequências – positivas e negativas – serão vivenciadas no futuro.

A Figura 1 ilustra como se relacionam os níveis da dimensão espacial entre si e com a dimensão temporal que os atravessa.

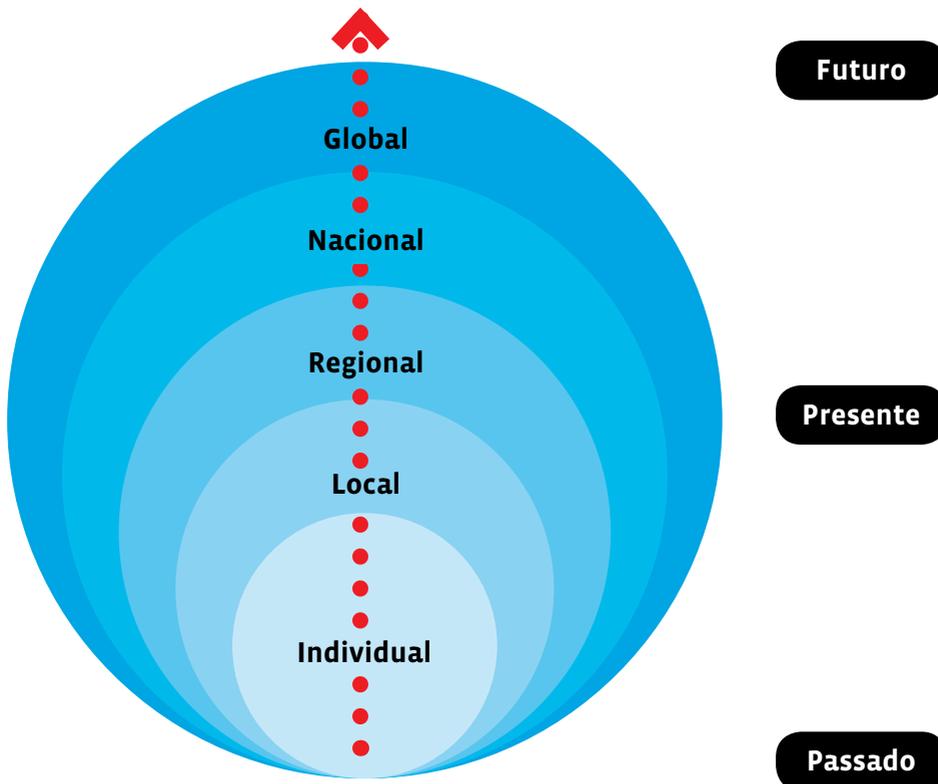


Figura 1 - Dimensões espacial e temporal da Educação Financeira

Objetivos

A Educação Financeira nas escolas apoia-se em sete objetivos intimamente ligados às dimensões descritas.

Os objetivos que se voltam para a **dimensão espacial** procuram apontar para dois movimentos distintos, a saber, circunscrição e mobilidade.

De um lado, há o fato de que em certas circunstâncias é preciso ater-se a determinado espaço. Por exemplo, é desejável que cada indivíduo cuide da própria vida financeira de modo adequado para que suas obrigações não atinjam outras pessoas, ou seja, é necessário ficar circunscrito ao espaço individual. Da mesma forma, um país não deveria causar danos ambientais e apresentar a conta ao restante do planeta, isto é, um problema desse tipo deveria ser solucionado no próprio âmbito nacional, e não no global.

Contudo, se, por outro lado, as pessoas transitarem exclusivamente em seus restritos espaços individuais, não conseguirão sentir-se parte integrante dos espaços sociais mais abrangentes. Isso significa que é preciso compreender as diversas inter-relações dos níveis de organização social, por exemplo, a reunião de esforços individuais em torno de projetos que beneficiem a comunidade ou a cooperação entre estados e municípios para atingir alguma meta nacional. A compreensão dessas inter-relações é ingrediente essencial para o exercício da cidadania e da responsabilidade social, que, por sua vez, oferecem sustento seguro para a democracia.

Assim, os dois movimentos – circunscrição e mobilidade – se complementam para permitir adequada atenção tanto aos assuntos de natureza individual quanto às necessárias conexões entre indivíduo e sociedade, em prol de projetos que beneficiem a ambos.

Os quatro objetivos a seguir relacionam-se com a dimensão espacial.

Objetivo 1 // Formar para a cidadania

A cidadania é uma articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Ser cidadão, portanto, é ter direito de aproveitar as várias possibilidades que a vida oferece, tais como: liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho, entre outras.

Ser cidadão é ser responsabilmente ativo na sociedade, protagonizando a construção da democracia. Nessa linha, Perrenoud (2002) indica que ensinar direitos e deveres sem uma mudança de pensamento e uma tomada de ação não é suficiente para se formar cidadãos. É necessário o exercício da cidadania, ingrediente indispensável da construção de uma sociedade democrática e justa. A Educação Financeira tem como principal propósito ser um dos componentes dessa formação para a cidadania.

Objetivo 2 // Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável

O consumo é tratado como um direito, e todos são estimulados a consumir, independentemente de sua condição para tal. O mais comum é orientar-se por padrões sociais, em vez de por projetos pessoais.

No passado, o consumo voltava-se para bens sólidos e duráveis. Atualmente, segundo Bauman (2007), verifica-se uma instabilidade dos desejos aliada a uma insaciabilidade das necessidades. Isso gera uma tendência ao consumo instantâneo e à rápida obsolescência dos objetos consumidos. Esse ambiente é desfavorável ao planejamento, ao investimento e ao armazenamento de longo prazo.

O consumo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia. A questão é torná-lo uma prática ética, consciente e responsável, equilibrada com a poupança. Consumir e poupar configuram-se como ações responsáveis se levarem em conta os impactos sociais e ambientais que podem causar. Procura-se, assim, estimular comportamentos como: não transferir problemas financeiros para o outro; não adquirir bens que sejam fruto de relações de exploração ou de empresas sem comprometimento socioambiental; reduzir o consumo desnecessário; ampliar a longevidade dos produtos possuídos; reduzir a produção de lixo; doar objetos úteis não desejados etc.

Objetivo 3 // Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude

À nossa volta, atualmente, circula uma quantidade excessiva de informações e de signos (inclusive financeiros), muitas vezes descontextualizados e incompreensíveis para muitas pessoas. A compreensão da linguagem do mundo financeiro possibilita ao indivíduo obter as informações necessárias para que tome suas decisões de modo autônomo, independente, embora já se saiba que nem toda decisão é tomada com base em informações. Na verdade, estudos de psicologia econômica indicam a concorrência de variáveis de ordem emotiva nas decisões de ordem financeira (Ferreira, 2007).

Outro benefício da Educação Financeira consiste no julgamento crítico que se pode aprender a fazer em relação à publicidade. O campo da publicidade procura aumentar a eficiência das mensagens de consumo e provocar o desejo de adquirir determinados produtos. Ao aprender a fazer uma leitura crítica e racional de mensagens publicitárias a respeito de produtos de consumo, aí incluídos os bens e serviços financeiros, as pessoas se tornam capazes de tomar decisões de modo autônomo, isto é, livres de pressões externas e mais de acordo com suas reais necessidades.

Com a introdução da Educação Financeira nas escolas, espera-se que os indivíduos e as sociedades tenham condições de moldar seu o destino de modo mais confiante e seguro e que deixem de ser beneficiários passivos de programas econômicos e sociais para se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento.

Objetivo 4 // Formar disseminadores

A implantação da Educação Financeira pretende colaborar para uma formação mais crítica de jovens que podem ajudar suas famílias na determinação de seus objetivos de vida e dos meios mais adequados para alcançá-los. Dados recentes (Data Popular, 2008) apontam clara associação entre o comportamento financeiro individual e o familiar. Famílias gastadoras geram filhos gastadores, da mesma forma que filhos poupadores geralmente vêm de famílias poupadoras.

A tendência gastadora talvez possa ser controlada através de conhecimentos levados pelos alunos para suas famílias. Assim, o público beneficiário da Educação Financeira não se restringe ao escolar, mas, por meio dele, atinge um número muito maior de pessoas, ampliando essa disseminação de conhecimentos extremamente útil para a vida na sociedade atual. Dessa forma, promove-se o trânsito de informações pelos distintos níveis espaciais, dos mais próximos aos mais distantes, num ótimo exemplo de que boas práticas e ideias devem transgredir os limites espaciais e circular livremente.

Os objetivos 5, 6 e 7 que veremos agora relacionam-se com a **dimensão temporal** e estão voltados para as articulações entre o passado, o presente e o futuro. A Educação Financeira mostra que o presente contém situações que são o resultado de decisões tomadas no passado. Do mesmo modo, no futuro serão vivenciadas as consequências das ações realizadas no presente.

Objetivo 5 // Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos

A falta de planejamento e a sensação de que o presente não se relaciona com o passado nem com o futuro fazem com que o tempo se limite a uma série de “eternos instantes” acidentais e episódicos, em que os acontecimentos não aparentam ter relação entre si.

A Educação Financeira intenciona conectar os distintos tempos, conferindo às ações do presente uma responsabilidade pelas consequências do futuro. Para alcançar determinada situação, é necessário um planejamento que contemple distintas etapas de execução, envolvendo priorizações e renúncias que não seriam cogitadas pelo pensamento exclusivo do presente.

Objetivo 6 // Desenvolver a cultura da prevenção

A expectativa de vida aumentou, e hoje o ser humano passa mais tempo na condição de aposentado do que no passado recente. Esse aumento, em termos nacionais, constitui um quadro financeiro delicado, uma vez que a pessoa deverá sobreviver com os recursos da aposentadoria por um período mais longo, o que requer um planejamento desde cedo.

Além desse quadro, é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. Ninguém está isento de enfrentar situações adversas e inesperadas que podem demandar o uso de uma quantia de dinheiro não prevista no orçamento. Para garantir maior tranquilidade diante de tais situações, há de se conhecer o leque de opções disponíveis, tais como: evitar desperdícios, guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos ou dispor de planos de previdência (pública ou privada).

Objetivo 7 // Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual

A mobilidade social é entendida aqui como a capacidade que uma família apresenta de aprimorar sua condição socioeconômica. Os conhecimentos e as competências oferecidos pela Educação Financeira ajudam a superar e evitar dificuldades econômicas mais graves, podendo auxiliar o indivíduo a rever suas atitudes e sair da condição de endividamento. Contribuem também para criar ou aumentar o excedente, possibilitando a realização de planos de longo prazo que, em última análise, trazem maiores benefícios sociais.

Competências

O trabalho por competências atrela a ação educativa ao fazer do aluno. Em outras palavras, planejam-se as oportunidades de aprendizagem para o aluno desenvolver saberes específicos aplicados a situações concretas que acontecem em determinado espaço e tempo.

Para dar consistência ao modelo pedagógico, é preciso conectar as competências aos objetivos espaciais e temporais anteriormente elencados. É o que o Quadro 1 demonstra.

OBJETIVOS		COMPETÊNCIAS
OBJETIVOS ESPACIAIS	OB1 Formar para a cidadania	C01 Debater direitos e deveres
	OB2 Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	C02 Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
		C03 Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida
	OB3 Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	C04 Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira
C05 Ler criticamente textos publicitários		
C06 Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades		
OB4 Formar multiplicadores	C07 Atuar como multiplicador	
OBJETIVOS TEMPORAIS	OB5 Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos	C08 Elaborar planejamento financeiro
	OB6 Desenvolver a cultura da prevenção	C09 Analisar alternativas de prevenção em longo prazo
	OB7 Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual	C10 Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas

Quadro 1 - Relação entre objetivos espaciais, objetivos temporais e competências.

A partir do quadro acima foi criado o A partir do quadro acima foi criado o Decágono de Competências (Figura 2) – principal instrumento para se manter o compromisso com a aprendizagem do aluno –, que ilustra as múltiplas relações das competências entre si. As competências não têm a mesma ordem de importância e isso é intencional, porque umas são basilares, outras um pouco mais periféricas. A própria quantidade de SDs atreladas a uma determinada competência fornece indicação instantânea do seu grau de importância. Portanto, na hora de elaborar seu planejamento, oriente-se também por esse dado.

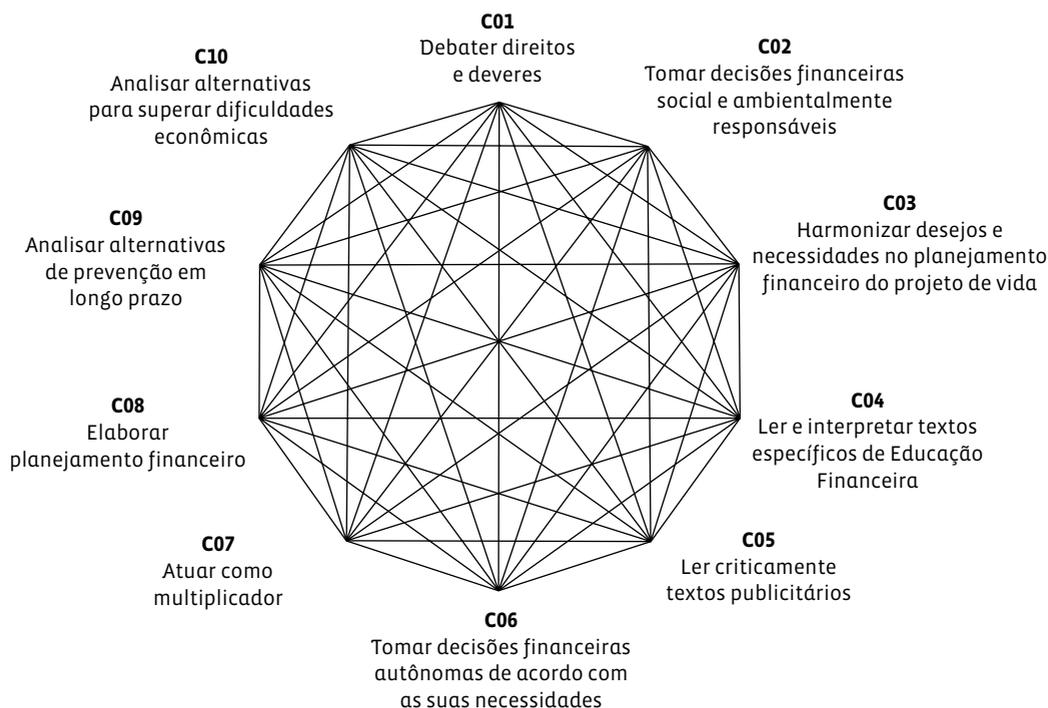


Figura 2 - Decágono de Competências.

AS SITUAÇÕES DIDÁTICAS (SDs)

O material completo de Educação Financeira consiste em um conjunto de Situações Didáticas que têm como suportes o Livro do Aluno, o Caderno do Aluno e o Livro do Professor.

Situação Didática (SD) é o conjunto de ações e atividades que desenvolvem no aluno as competências que acionam os conhecimentos necessários para lidar com as múltiplas e variadas situações financeiras do cotidiano.

Em outras palavras, as SDs constituem um instrumento que congrega objetos de conteúdo (conhecimento, conceitos) e objetos didáticos (orientações pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de competências). As principais características das situações didáticas, segundo Galvez (1996, *apud* Coutinho, 2005), são:

- os alunos responsabilizam-se pela organização de sua atividade para tentar resolver o problema proposto;
- a atividade dos alunos está orientada para a obtenção de um resultado previamente explicitado e que pode ser identificado pelos próprios alunos;
- a resolução do problema envolve a tomada de decisões por parte dos alunos, para adequá-las ao objetivo perseguido;
- os alunos podem recorrer a diferentes estratégias para resolver o problema formulado;
- os alunos estabelecem relações sociais diversas: comunicações, debates ou negociações com outros alunos e com o professor.

As atividades receberam o nome de “Experimente!” por sugestão dos alunos que participaram do processo de validação deste material. Segundo eles, o nome por eles sugerido tem forte apelo motivador, “dá vontade de tentar fazer”. As atividades constituem oportunidades de aprendizagem bastante concretas, e, ao realizá-las, os alunos desenvolvem as competências a elas relacionadas.

Os alunos recebem o Livro do Aluno e o Caderno do Aluno. O Livro do Aluno é o livro didático com todas as SDs completas, contendo textos e atividades. Algumas SDs indicam o Caderno do Aluno como suporte para o “Experimente!”.

O Caderno do Aluno, por seu turno, é um pequeno encarte que pertence a cada aluno e fornece um espaço para ele fazer anotações e realizar atividades específicas, mantendo o Livro do Aluno intacto para permitir reutilização. Como não são todas as SDs que remetem ao Caderno do Aluno, haverá também a necessidade de os alunos recorrerem aos seus cadernos comuns de aula como suporte para diversas ações, como realizar cálculos; anotar informações oriundas de pesquisas de produtos, serviços e preços; rascunhar trabalhos de grupo etc.

O Livro do Professor é o espelho do Livro do Aluno, acrescido de orientações pedagógicas e de informações adicionais para trabalhar os conteúdos de Educação Financeira em sala de aula.

As SDs foram elaboradas de modo a abarcar os conteúdos sociais e formais. Os conteúdos formais referem-se aos conceitos sistematizados pelos teóricos das áreas econômica e financeira, ao passo que os conteúdos sociais trazem para estudo os contextos reais da vida cotidiana.

Os conteúdos foram organizados em conexão com as dimensões espacial e temporal e isso fica visível no critério de estruturação dos três blocos: o primeiro contempla situações individuais de curto prazo; o segundo, de médio e longo prazo, ainda no âmbito individual; finalmente, o terceiro bloco se ocupa de questões do âmbito social.

Cada bloco aborda três temas e cada um deles é explorado por meio de sete SDs..

BLOCO 1
ÂMBITO INDIVIDUAL
(Situações de curto prazo)

O QUE VOCÊ JÁ SABE?
Tema 1 Vida familiar cotidiana
Tema 2 Vida social
Tema 3 Bens pessoais
SONHO PLANEJADO

BLOCO 2
ÂMBITO INDIVIDUAL
(Situações de médio e longo prazo)

O QUE VOCÊ JÁ SABE?
Tema 4 Trabalho
Tema 5 Empreendedorismo
Tema 6 Grandes projetos
SONHO PLANEJADO

BLOCO 3
ÂMBITO SOCIAL

O QUE VOCÊ JÁ SABE?
Tema 7 Bens públicos
Tema 8 Economia do país
Tema 9 Economia do mundo
SONHO PLANEJADO

Esse material aborda o Bloco 1, que trabalha questões cotidianas do âmbito social de médio e longo prazo, por meio de 23 Situações Didáticas.

As SDs **O que você já sabe?** e **Sonho planejado** foram criadas para serem, respectivamente, a primeira e a última utilizadas em cada bloco. Elas potencializam a aprendizagem, uma vez que estabelecem uma conexão mais direta dos temas e conceitos abordados com o aluno, convidando-o a desempenhar um papel ativo no seu próprio processo de aprendizagem.

As SDs **O que você já sabe?** têm como objetivo promover uma tomada de consciência do aluno acerca de suas práticas financeiras atuais e estimulá-lo a acionar seus conhecimentos prévios com relação aos conteúdos sociais e formais que serão tratados ao longo dos três temas do bloco ao qual a SD se refere. Dessa forma, a mente do aluno se prontifica para a aprendizagem e prepara-se de modo a acolher com maior suporte os conceitos a serem tratados pelo bloco, ampliando e estreitando as relações destes com as experiências e os conhecimentos prévios próprios.

As SDs **Sonho planejado** exigem que o aluno reúna e organize os conhecimentos e as habilidades que adquiriu ao longo do bloco para que possa criar o planejamento financeiro da realização de um sonho. É o momento em que as aprendizagens se inter-relacionam e se concretizam em uma ferramenta útil para a vida do aluno.

Cada um dos nove temas contém sete SDs. Esses temas selecionam situações de vida que concernem ao adolescente, obedecendo a uma relação que evolui de modo próximo-distal de seu cotidiano familiar.

A duração indicada para cada SD é de 1-2 aulas em média, totalizando 34 horas-aula em um ano de trabalho, mas entende-se que variações na forma como as escolas irão implementar o programa de Educação Financeira são desejáveis para garantir a adequação do material às realidades locais. Em outras palavras, cada escola terá a autonomia de planejar, junto com a equipe docente, a própria dinâmica do programa de Educação Financeira.

Dentro de cada tema, as SDs podem ser utilizadas em qualquer ordem, contanto que as SDs **O que você já sabe?** e **Sonho planejado** devam, respectivamente, abrir e fechar o bloco. Cabe a cada escola ou professor selecionar o caminho a ser trilhado, de acordo com as necessidades e interesses de seus alunos.

Para planejar como as SDs serão trabalhadas, guie-se pelos objetivos específicos e pelas competências indicadas nos metadados, avaliando quais você considera importante desenvolver junto aos seus alunos, no contexto social, cultural, financeiro e familiar em que se inserem. Se você nota, por exemplo, que sua turma já tem familiaridade com preenchimento de cheque ou, ao contrário, está inserida em famílias e comunidades que fazem pouco uso dele, talvez não seja relevante trabalhar o objetivo de preencher cheque com esses alunos.

Por outro lado, se você sente que determinado objetivo ou competência é particularmente importante no contexto da escola e não está sendo plenamente atingido, você pode buscar mais de uma SD para tratar de uma mesma questão, oferecendo variadas oportunidades de aprendizagem.

Cabe ressaltar que os conteúdos formais são revisitados em várias SDs, variando-se, a cada vez, o contexto em que se inserem e a forma como são trabalhados. Assim, se alguns alunos não compreenderam suficientemente determinado conceito importante, você não precisa necessariamente ficar estacionado na SD que o apresentou pela primeira vez porque, muito provavelmente, ele será retomado em outra.

OS ELEMENTOS DE PÁGINA

Para dar corporeidade aos objetivos e princípios pedagógicos do programa, foram criados diversos elementos de página dentro das SDs, tais como:

» **“Cara a cara”** – um espaço de autoavaliação para o aluno verificar se atingiu os objetivos específicos de aprendizagem da SD. No Caderno do Aluno há uma lista que reúne o “Cara a cara” de todas as SDs para os alunos marcarem quais objetivos específicos foram atingidos.

» **“Pisca alerta”** – caixa de texto contendo alerta contra certas armadilhas por vezes contidas em determinadas circunstâncias e em determinados textos. A maioria dos “pisca alertas” traz o olhar da Psicologia Econômica, ciência que estuda as relações entre o comportamento econômico dos indivíduos e a economia, levando em conta variáveis como os pensamentos, os sentimentos, as atitudes e as expectativas desses indivíduos (Ferreira, 2007).

» **“Ícones especiais”** – destacam as principais competências e procuram deixar mais clara a mensagem de que é preciso mudar certos comportamentos:



- ter responsabilidade socioambiental



- servir como multiplicador das aprendizagens do programa



- tomar decisões autonomamente

» **“Pra variar”** – veicula sugestões de adaptação contextual das atividades de modo a torná-las mais condizentes com a realidade específica dos alunos.

ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

No Livro do Professor, cada SD é precedida de um quadro com descritores (metadados) que orientam a busca pela SD com a qual se deseja trabalhar. Esses descritores indicam:

- » Tema a que se refere
- » Conteúdos formais relacionados
- » Competências que desenvolve
- » Objetivo(s) específico(s)
- » Descrição

Além dos metadados, há diversas orientações ao professor, organizadas nas seguintes categorias:

Orientação introdutória » explica a relevância da SD e a utilidade dos conceitos abordados; sugere formas de disparar a SD, de captar o interesse da turma e de acionar conhecimentos prévios dos alunos.

Orientações ao longo da SD » oferecem propostas alternativas, chamam atenção para temas sensíveis, atentam para cuidados a serem tomados com relação à discussão levantada, fornecem informações extras, trazem ponderações e aprofundamento quanto ao conteúdo formal, sugerem pequenas atividades adicionais (como pesquisas na internet ou em instituições financeiras) para aproximar as situações retratadas do contexto local dos alunos.

Orientações para o “Experimente!” » são orientações quanto à forma de propor a atividade, à organização dos alunos, à gestão da atividade, à condução de debates, ao refinamento e às formas de apoio ao trabalho dos alunos, às possibilidades de desenvolvimento da atividade, aos cuidados e às adaptações aos contextos culturais, sociais, financeiros e familiares dos alunos. Também fornecem respostas às atividades, em casos que envolvem cálculos e análises específicas.

Textos adicionais » são textos que não estão ligados a nenhuma parte específica da SD, mas se relacionam com o tema trabalhado, trazendo aprofundamento de conteúdos formais, informações adicionais e curiosidades. Esses textos podem ser passados ou não para os alunos, a critério do professor.

TEMA 1 – VIDA FAMILIAR COTIDIANA

Nome da SD	Objetivos específicos	Competências									
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10
Anote na agenda para não esquecer	Registrar despesas regularmente Saber como se gasta o próprio dinheiro mensalmente Estimar o valor das próprias despesas						X		X		
Calendário	Listar as despesas familiares Classificar as despesas familiares em “fixas”, “variáveis” e “eventuais (ou extraordinárias)” Elaborar um orçamento mensal organizando as despesas de acordo com a classificação atribuída						X	X			
Reparos na casa	Comparar orçamentos Pesquisar taxas de juros e o CET de empréstimo pessoal para assalariado Decidir entre tomar um empréstimo e utilizar dinheiro da poupança Comparar o CET de empréstimos de diferentes instituições financeiras						X	X	X		X
Supermercado	Compreender que há comportamentos que nos levam a gastar mais dinheiro do que o previsto na hora de ir às compras Distinguir os comportamentos positivos dos negativos na hora de ir às compras Tomar decisões de compra diante de certos imprevistos						X	X			
Ponha na balança	Categorizar despesas pessoais e familiares Avaliar a importância das despesas no contexto familiar próprio Identificar categorias cujas despesas podem ser reduzidas Calcular o peso relativo das categorias de despesa Elaborar planejamento de redução de despesas em 5%						X	X	X		
Imprevistos acontecem!	Levantar situações em que o seguro pode fazer diferença Compreender vocabulário específico de seguros Identificar alternativas de prevenção coerentes com o próprio contexto familiar				X			X	X		
Para gastar é preciso ter	Classificar as receitas da família em fixas e variáveis Elaborar tabela com as receitas da família ao longo de vários meses Analisar como a própria família gasta ou poupa o dinheiro extra de rendas sazonais							X	X		
							X	X			

TEMA 2 – VIDA SOCIAL

Nome da SD	Objetivos específicos	Competências									
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10
Que desperdício...	Identificar desperdícios nas próprias despesas Evitar desperdícios		X				X	X	X		
E vai rolar a festa	Dimensionar despesas utilizando estimativas Orçar eventos sociais Planejar eventos sociais ambientalmente responsáveis Identificar armadilhas ao fazer estimativas		X				X		X		
Ceder ou não ceder à pressão dos amigos: eis a questão!	Explicar conceitos financeiros para outras pessoas Relacionar conceitos de taxa de juros e de risco e retorno com situações cotidianas	X		X	X			X			
Comprando um presente	Identificar os elementos de uma fatura de cartão de crédito Identificar os comportamentos financeiros que provocam endividamento no cartão Utilizar o cartão de crédito de forma consciente e responsável Elaborar hipóteses e conclusões sobre a vida de pessoas a partir de seus dados financeiros								X		X
Acampamento	Levantar despesas envolvidas em um acampamento Prever verba para imprevistos Elaborar planejamento financeiro para acampar		X						X		
Viva São João!	Elaborar planejamento de festa junina nos moldes de um plano de negócio		X						X		
Voltando de viagem	Identificar armadilhas financeiras em anúncios de parcelamento Analisar opções para sair de situação de endividamento no cartão de crédito						X				X

TEMA 3 – BENS PESSOAIS

Nome da SD	Objetivos específicos	Competências									
		C01	C02	C03	C04	C05	C06	C07	C08	C09	C10
Em busca do tênis perfeito	Calcular a diferença entre valores à vista e a prazo Buscar informações específicas no Código de Defesa do Consumidor	X					X		X		
Computador	Tomar decisões financeiras considerando o custo de oportunidade Equilibrar desejos e necessidades na escolha de um produto Comparar preços Calcular poupança necessária para comprar computador à vista			X			X		X		
Câmera digital	Calcular a diferença entre taxa de juros e taxa de empréstimo Calcular o rendimento de uma poupança Distinguir poupança de financiamento Tomar decisão de poupança ou financiamento de acordo com as necessidades e possibilidades			X			X		X		
Num passe de mágica	Identificar os elementos dos textos publicitários voltados para despertar desejo de consumo Identificar o conflito entre desejo e necessidade na situação de consumo Utilizar o conhecimento sobre as principais armadilhas ligadas ao consumo, para se proteger do impulso irrefletido de consumir			X		X	X				
Celular	Escolher o tipo de aparelho celular de acordo com as próprias necessidades Escolher o plano de telefonia celular que atende às próprias necessidades Compreender a fatura do celular			X	X		X	X			
Quebrou! E agora, quem me defende?	Identificar casos de práticas abusivas e de violação de direitos do consumidor Redigir os possíveis encaminhamentos para um problema de consumo, inclusive descrevendo os direitos básicos do consumidor violados	X			X						
Traduzindo o dinheiro	Utilizar a taxa de câmbio para converter moedas estrangeiras em moeda nacional Decifrar como é feita a cobrança em reais de compra realizada com cartão de crédito em outra moeda			X	X						

PARTE II

As páginas seguintes abrigam o espelho das situações didáticas constantes do Livro do Aluno, acrescidas de metadados que descrevem a SD e identificam os conteúdos trabalhados, as competências e os objetivos específicos a ela relacionados. Além disso, apresentam orientações didáticas para aplicação das SDs em sala de aula, bem como textos informativos adicionais.



4

5

O QUE VOCÊ JÁ SABE?

Temas envolvidos

Vida familiar cotidiana
Vida social
Bens pessoais

Descrição

Esta SD é indicada para abrir o Bloco 1, que é dividido em três temas: vida familiar cotidiana, vida social e bens pessoais.

Professor, esta SD inaugura o Bloco 1, que traz três temas referentes a situações de vida que ocorrem no âmbito individual no curto prazo. São eles: vida familiar cotidiana, vida social e bens pessoais. O primeiro tema aborda circunstâncias da vida em família, em seus aspectos financeiros do dia a dia, e introduz os alunos nos bons hábitos financeiros, tais como anotar despesas, fazer orçamento financeiro etc. O segundo tema – vida social – enfoca situações em que o adolescente e seus amigos se vêm às voltas com decisões financeiras. Planejar uma festa ou um acampamento são exemplos desse tema. O Bloco 1 se encerra abordando questões relacionadas à aquisição daqueles bens mais almejados por adolescentes, como tênis, computador, celular etc.

É recomendável que se inicie o bloco com esta SD para acionar os esquemas e conhecimentos prévios que os alunos têm com relação aos temas envolvidos. Também é interessante que eles socializem esses conhecimentos prévios entre si para que todos embarquem no Bloco 1 com uma malha de ideias sobre a qual irão se assentar os conteúdos a serem trabalhados.

A importância de começar o trabalho convocando os alunos a partilhar como se comportam financeiramente e o que já sabem sobre o assunto tem vários ganhos. Um deles é tomar conhecimento do ponto de partida em que eles se encontram antes do início dos estudos, o que fornece dados objetivos para você poder avaliar e apreciar o crescimento deles ao longo do trabalho.

As discussões iniciais também permitem que você identifique logo de início as ideias acentuadamente ingênuas ou errôneas, assim como os estereótipos e os preconceitos que poderão funcionar como obstáculos às aprendizagens que se seguirão. Assim você pode desmontá-los antes mesmo que se crie o problema de alguns alunos não conseguirem compreender determinados conteúdos.

Outra vantagem de se acionar conhecimentos prévios é que isso também desperta a motivação para a aprendizagem que se seguirá. Afinal, depois de indicarem vários aspectos do seu comportamento financeiro, a tendência é que fiquem curiosos para saber se estão fazendo “certo”.



6

7



8

9

Finalmente, a SD “O que você já sabe?” acena, por meio de todas aquelas perguntas, para os conteúdos que serão trabalhados ao longo do Bloco 1. Por delimitar o campo onde se vai transitar, serve como uma espécie de introdução que ajuda os alunos a se organizarem.

Incentive os alunos a utilizarem o Caderno do Aluno para anotar suas respostas às questões propostas e a trocarem seus Cadernos entre si. O registro escrito é o principal instrumento para dar suporte à avaliação do quanto o aluno está evoluindo em termos de conhecimentos e de comportamentos.

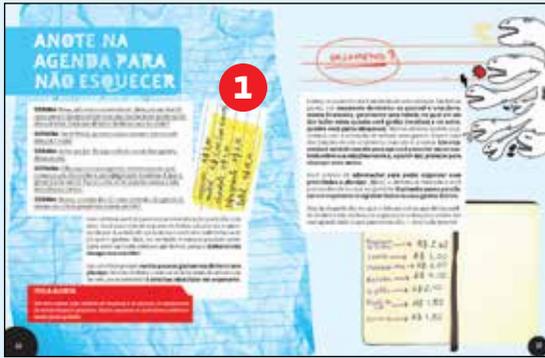
Provoque um debate com a turma acerca das relações entre felicidade e dinheiro. As perguntas colocadas no Livro do Aluno ajudarão a disparar as primeiras contribuições. Para melhor conduzir o debate, procure auxiliar os alunos a compararem e costurarem duas ideias entre si antes de ouvir uma terceira, e assim por diante. Dessa forma, evita-se que as ideias se percam.

Caso queira exibir para a turma o filme indicado, assista-o primeiro, anotando cenas relevantes para discussão posterior. Durante a exibição, pode acontecer de os alunos perderem interesse. Nesse caso, talvez seja aconselhável interromper o filme em uma cena que permita um rápido debate, como o que os alunos acham de a mãe ter “largado” o filho com o pai.

Após a exibição, é muito importante alocar algum tempo inicial para a turma expressar as impressões e os pensamentos intuitivos e espontâneos provocados pelo filme antes de iniciar um debate dirigido. Afinal, quem não gosta de sair de um filme e comentá-lo livremente com os amigos? Para disparar o debate, utilize as falas dos alunos que surgiram no momento de socialização das impressões iniciais, conectando-as com as cenas que eles consideraram mais marcantes. Mais adiante, procure levar o foco para a discussão sobre as relações entre dinheiro e felicidade.

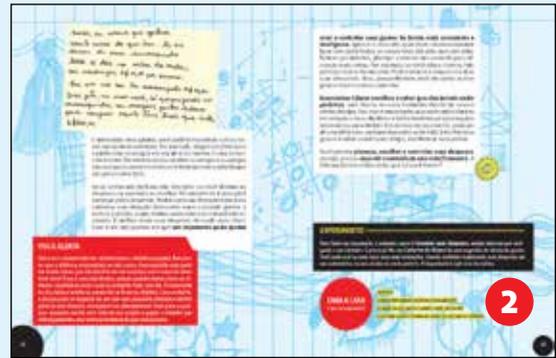
ANOTE NA AGENDA PARA NÃO ESQUECER

Conteúdos formais relacionados	Despesas Orçamento pessoal ou familiar Planejamento
Competências	Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Registrar despesas regularmente Saber como gasta o próprio dinheiro mensalmente Estimar o valor das próprias despesas
Descrição	Esta SD trata da necessidade de se fazer um orçamento para permitir maior controle sobre a vida financeira. É possível que os estudantes já façam esse tipo de planejamento e controle de despesas de forma intuitiva e talvez incorreta. A presente SD pretende ajudá-los a fazê-lo de forma mais sistemática, apresentando o primeiro passo do orçamento, que é o do registro das despesas diárias de acordo com certas categorias.
Caderno do Aluno	Sim



14

15



16

17

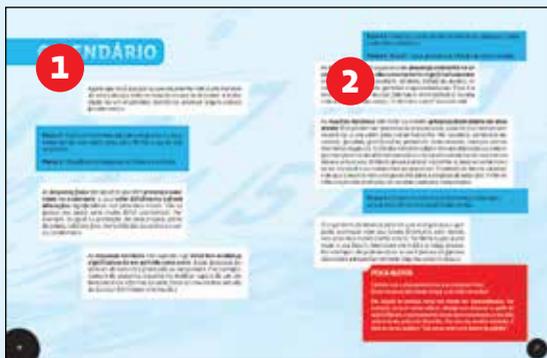
- 1 Professor, faça algumas estimativas junto com seus alunos. Por exemplo: quanto acham que gastam com lanche por mês. Se for difícil estimar por mês, oriente-os a começar estimando um valor por dia, e em seguida por semana – tomando o cuidado de pensar se todo dia o gasto com lanche, por exemplo, é aproximadamente o mesmo ou se há dias em que se gasta muito mais ou muito menos por algum motivo. Depois de estimar o gasto por semana, multiplique por quatro para chegar a um valor mensal aproximado, lembrando que um mês tem pouco mais do que 4 semanas.
- 2 A tabela de gastos que está contida no Caderno do Aluno é um exemplo possível. Ela pode ser usada de três formas diferentes:
 - (a) caso os alunos tenham adquirido um caderninho para controle de gastos, podem copiar essa tabela em seus cadernos;
 - (b) se os alunos tiverem computador em casa, podem optar por copiar a tabela no programa Excel;
 - (c) os alunos podem xerocar essa folha e encadernar ou grampear as cópias de modo a criar o próprio caderno de registro de gastos.

Leia o exemplo de tabela junto com a turma, certificando-se de que todos estão entendendo como é preenchida.

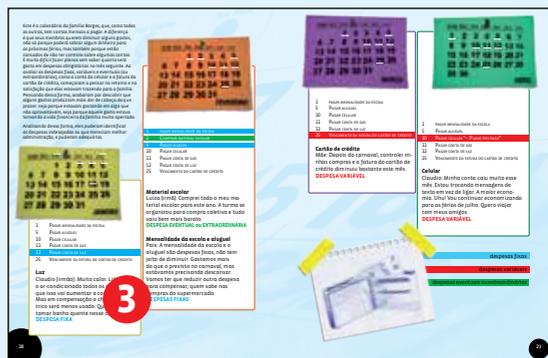
Peça que os alunos mantenham controle diário de seus gastos. Monitore esses registros por algumas semanas, auxiliando-os a anotar os gastos e a calcular o dinheiro que sobra. O ideal é que esse registro torne-se um hábito diário, pois conhecer as próprias despesas é uma forte base da educação financeira, sobre a qual irão se apoiar análises, planejamentos e tomadas de decisão.

CALENDÁRIO

Conteúdos formais relacionados	Despesas fixas e variáveis Orçamento pessoal ou familiar
Competências	Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Listar as despesas familiares Classificar as despesas familiares em “fixas”, “variáveis” e “eventuais (ou extraordinárias)” Elaborar um orçamento mensal organizando as despesas de acordo com a classificação atribuída
Descrição	Esta SD desenvolve o conceito de despesa e mostra as diferenças entre despesas fixas, variáveis e eventuais (ou extraordinárias). Os estudantes são encorajados a levar esses conhecimentos para a realidade de suas famílias, aprimorando a noção de orçamento no ambiente familiar.
Caderno do Aluno	Não



18



20

1 Uma boa maneira de introduzir o tema desta SD é pelo ângulo da organização. Dificilmente se pode ter controle sobre a própria vida financeira e realizar sonhos sem uma boa dose de organização. Sim, as pessoas são diferentes e há os que são extremamente organizados, que anotam todas as suas despesas “no centavo”, e os que se mantêm no controle da própria vida com um sistema mais informal de organização financeira. O fato é que os alunos encontram-se em uma faixa etária em que bons hábitos ainda podem ser criados, e essa é uma boa oportunidade de estimulá-los a não somente anotar as despesas diariamente mas fazê-lo em uma planilha que as organiza em categorias que serão bastante úteis na hora de tomar decisões financeiras.

2 Levante com a turma outros exemplos de despesas fixas, despesas variáveis e despesas eventuais (ou extraordinárias) que sejam representativos da realidade dos alunos. Isto pode gerar um intenso debate porque estamos lidando com conceitos dotados de uma complexidade muito específica: envolve categorias abstratas cujas delimitações são relativas a cada situação. Há despesas fixas cujo valor pode sofrer alguma variação, ainda que pequena, e despesas variáveis de valor fixo. Por isso, certifique-se de que esses conceitos estão bem claros para você mesmo antes de lançá-los para debate com a turma.

Este material adotou a classificação de despesas fixas, variáveis e eventuais (ou extraordinárias). Despesas fixas: São aquelas que têm presença constante no orçamento e cujo valor não costuma sofrer alterações. Ex.: Aluguel, prestação do financiamento imobiliário, mensalidade escolar, condomínio. Despesas variáveis: São aquelas que têm presença constante no orçamento, porém podem sofrer mudanças de valor significativas de um mês para o outro. Ex.: Alimentação (supermercado), lazer (LAN house, cinema, lanchonetes, etc.), combustível. Despesas eventuais ou extraordinárias: São aquelas despesas que não possuem presença constante no orçamento, mas que eventualmente podem ocorrer. Ex. Impostos como o IPTU, IPVA, conserto da geladeira, compra de presentes.

3 Explique que qualquer iniciativa de organização financeira pode e deve atender à realidade de cada pessoa e de cada família, e, por esse motivo, o que cada família entende por despesa fixa, variável e eventual (ou extraordinária) pode apresentar algumas diferenças. Outro aspecto a se atentar é que alguns alunos podem não se sentir confortáveis em desvelar os detalhes de sua vida financeira familiar. Para eles, sugira que criem uma família imaginária e que listem suas despesas fixas, variáveis e eventuais (ou extraordinárias), de modo consistente com o tipo de família, a faixa etária e as características de cada membro.

REPAROS NA CASA

Conteúdos formais relacionados	Planejamento Endividamento Orçamento Despesas Taxa de juros Custo Efetivo Total (CET)
Competências	Ler criticamente textos publicitários (C05) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07) Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas (C10)
Objetivo(s) específico(s)	Comparar orçamentos Pesquisar taxas de juros e o CET de empréstimo pessoal para assalariado Decidir entre tomar um empréstimo e utilizar dinheiro da poupança Comparar o CET de empréstimos de diferentes instituições financeiras
Descrição	Existem situações em que uma despesa imprevista afeta o orçamento familiar e a família se vê diante da hipótese de adquirir um empréstimo. Um caso comum é a necessidade de fazer reparos na casa. Os alunos serão apresentados a uma situação desse tipo e estimulados, por meio de uma gincana, a pesquisar preços para a obra e decidir se a família deve retirar o dinheiro de seus investimentos ou pegar um empréstimo, passando por conceitos importantes como despesas, taxas de juros e o Custo Efetivo Total (CET), aplicados de forma a motivar o posicionamento necessário para um planejamento financeiro eficiente e responsável.
Caderno do Aluno	Não



24

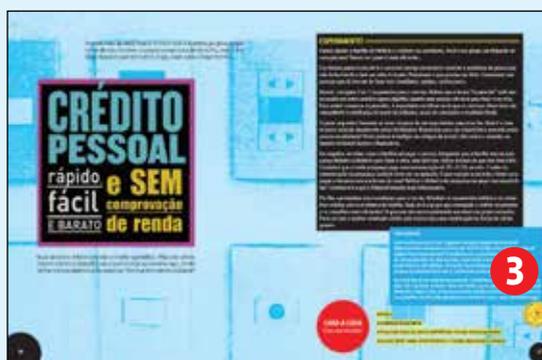
25



26

27

- 1 Professor, esta SD tem utilidade não somente para os alunos, mas especialmente para suas famílias. A necessidade de fazer reparos ou obras na casa ou de comprar um item doméstico importante é vivida frequentemente por todos os tipos de família. A SD ajuda os alunos a ponderarem qual é o melhor passo a dar diante desse tipo de situação. Para começar, pergunte à turma que problemas na casa eles estão enfrentando no momento ou enfrentaram recentemente, para que os alunos conheçam a dimensão da variedade de problemas que uma casa pode ter.



28

29

- 2 Em ambos os exemplos, empréstimo e investimento, vamos ignorar a correção monetária referente à inflação, à perda do poder de compra da moeda ao longo do ano. A meta aqui é levar os alunos a perceberem que, em geral, em termos financeiros, é melhor para a família, retirar o dinheiro da aplicação do que pegar um empréstimo, o qual teria um custo maior em dinheiro. Por outro lado, a poupança pode estar ligada a um sonho, uma meta a ser realizada no futuro, como uma viagem, a compra de um carro ou da casa própria etc. Nesse caso, a retirada da poupança pode ter um custo psicológico para a família, afetando negativamente a disciplina em poupar. Esta é a situação da história: a família está poupanando para comprar uma geladeira. Talvez então seja melhor fazer um empréstimo de curto prazo e manter a poupança intocada, mesmo que isso saia financeiramente mais caro. Não há, portanto, uma saída que será sempre a melhor. É importante avaliar cada situação. Aproveite para debater essa questão de psicologia financeira com a turma.
- 3 A gincana é uma estratégia para dinamizar o tema e motivar a turma. O objetivo é estimular as práticas de pesquisa de preços para a contratação de serviços, desenvolver a noção de custos de empréstimos, a prática de comparar o Custo Efetivo Total (CET) e a percepção de que em geral é mais interessante financeiramente retirar dinheiro da aplicação do que pegar um empréstimo, levando os alunos a assimilarem conceitos importantes para um planejamento financeiro saudável. Verifique se essas noções estão sendo adquiridas pela turma, fazendo intervenções para clarificá-las se for necessário.

SUPERMERCADO

Conteúdos formais relacionados	Orçamento pessoal ou familiar
Competências	Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Compreender que há comportamentos que nos levam a gastar mais dinheiro do que o previsto na hora de ir às compras Distinguir os comportamentos positivos dos negativos na hora de ir às compras
Descrição	Nesta SD apresenta-se uma aproximação de uma situação orçamentária, com uma verba e despesas fixas. Introduzem-se também noções de levantamento de dados, hierarquia de despesas, planejamento e adaptação a mudanças a partir dos conhecimentos adquiridos.
Caderno do Aluno	Não



30

31



34

35

- 1** Professor, pergunte aos alunos como eles vão às compras de mercado: faz-se antes uma lista ou não? Como se tomam decisões de compra diante de imprevistos, como subida de preço ou inexistência do produto? Leva-se o dinheiro contado ou com alguma folga? Por que motivo opta-se pela primeira (levar dinheiro contado) ou pela segunda prática (com folga)? É muito importante que os alunos tomem consciência de seus hábitos pessoais e familiares em relação à maneira como se organizam (ou não) para ir às compras de mercado, de modo a ter esse ponto de partida como referência para comparações no futuro.

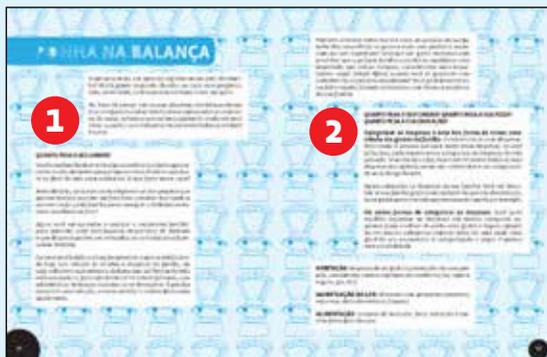
Para arrumar os dados que forem sendo coletados neste momento inicial, talvez seja bom organizá-los em categorias (no quadro ou num papel): número de alunos que (a) faz lista; (b) não faz lista; (c) leva dinheiro contado; (d) leva dinheiro com alguma folga etc.

Feito isso, podem-se iniciar os trabalhos analisando a ilustração: quais os comportamentos “corretos” e “incorretos” financeiramente, isto é, quais causarão/não causarão gastos desnecessários? Essa atividade pode ser feita em grupo para estimular o debate e a organização de argumentos para defender as posições. Depois de terminado o debate, aproveite para orientar os alunos a observarem as pessoas fazendo compras no supermercado: será que elas se comportam como na ilustração?

- 2** Esta atividade tem um apelo lúdico bastante forte e pretende disseminar comportamentos financeiros saudáveis nas pessoas e ter nos alunos fortes aliados para multiplicá-los junto à sua família.

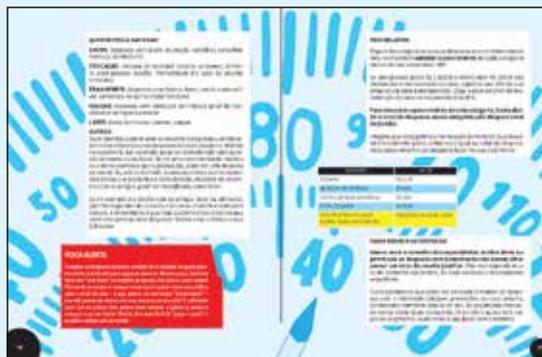
PONHA NA BALANÇA

Conteúdos formais relacionados	Estrutura orçamentária Peso relativo no orçamento Planejamento
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Categorizar despesas pessoais e familiares Avaliar a importância das despesas no contexto familiar próprio Identificar categorias cujas despesas podem ser reduzidas Calcular o peso relativo das categorias de despesa Elaborar planejamento de redução de despesas em 5%
Descrição	Esta SD apresenta informações que auxiliam a reduzir despesas com vistas a concretizar um projeto da família que dependa de dinheiro. São abordados: categorização de despesas, peso relativo das categorias no orçamento familiar, análise da importância das despesas familiares. Os alunos são orientados a elaborar um planejamento para alcançar a meta de 5% de redução das despesas mensais.
Caderno do Aluno	Não



36

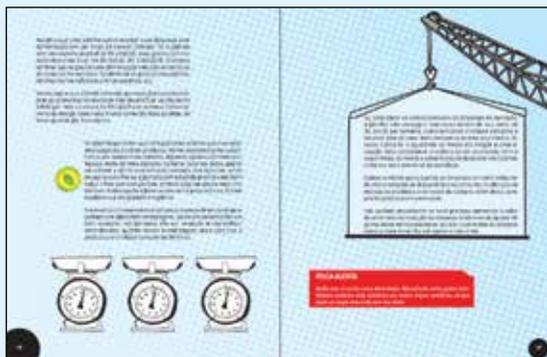
37



38

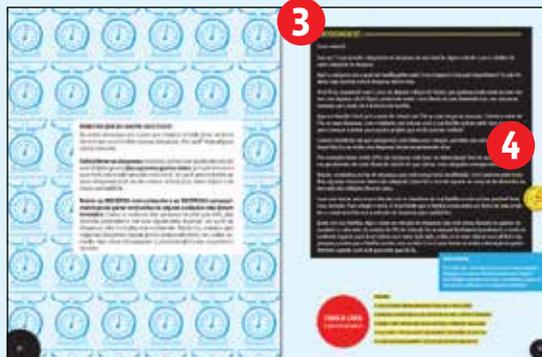
39

- 1 Professor, esta SD permite que os alunos adquiram maior consciência sobre suas despesas pessoais e familiares. O registro e a categorização de despesas, aliados ao cálculo de peso relativo e à análise de despesas que podem ser reduzidas, auxiliam os alunos a evitar o endividamento (pelo incremento de consciência de seu padrão de consumo) e a fazer sobrar mais dinheiro, seja para realizar um projeto familiar, seja para amenizar uma situação financeira difícil (se for o caso).
- 2 Se você considerar que essas entrevistas podem gerar constrangimentos familiares ou problemas na sala, peça aos alunos que façam estimativas das despesas (para que possam realizar as atividades propostas) ou que analisem seu orçamento pessoal. O orçamento do adolescente não será tão completo quanto o de um adulto (a não ser que ele já seja o provedor de seu lar), porém já permite uma análise orçamentária e de peso relativo em menor escala.



40

41



42

43

3 É recomendável que esta atividade seja realizada após certificar-se de que os alunos estão anotando suas despesas. O ideal seria propor a atividade depois de os alunos já estarem registrando suas despesas há pelo menos um mês. Caso esse registro tenha iniciado há pouco tempo, é possível adaptar a atividade para o orçamento de apenas uma semana, tomando os devidos cuidados para considerar a receita também de apenas uma semana.

4 É possível que haja casos na sua turma em que a família esteja no vermelho e que, mesmo reduzindo em 5% as despesas, continue não sobrando dinheiro no sentido de “ficar no azul”. Ressalte que, ainda assim, a família estará devendo menos do que antes, portanto as dívidas já existentes aumentarão menos. Se esse for o caso, estimule os alunos a reduzir ainda mais suas despesas. A simples redução de despesas pode não ser suficiente para tirar uma família de um endividamento (outras alternativas são abordadas ao longo do livro), mas é um fator que contribui para tanto.

As estruturas orçamentárias das famílias variam em função de suas diferentes realidades (se pertencem à classe média, baixa ou alta, se a família é urbana ou rural, se possui casa própria ou não, se a renda principal é fixa ou variável etc.). Portanto, os alunos devem ser motivados a criar seus orçamentos a partir das próprias realidades.

Na hora de tomar as decisões finais sobre orçamento, é importante que o aluno e sua família elaborem o próprio orçamento considerando não só as suas necessidades, mas também os seus desejos e planos para o futuro. Com esse instrumento, é possível ter maior clareza de qual a proporção que cada tipo de despesa deve assumir no orçamento familiar.

Quanto ao peso relativo, o percentual gasto pela família com cada categoria deve ser calculado em função da receita total e não do total de suas despesas.

No site do IBGE você poderá encontrar maiores informações sobre a pesquisa de orçamento familiar: www.ibge.gov.br

Utilize esse espaço para suas anotações.

IMPREVISTOS ACONTECEM!

Conteúdos formais relacionados	Seguros Sistema financeiro
Competências	Ler e interpretar textos que contenham vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Atuar como multiplicador (C07) Analisar alternativas de prevenção no longo prazo (C09)
Objetivo(s) específico(s)	Levantar situações em que o seguro pode fazer diferença Compreender vocabulário específico de seguros Identificar alternativas de prevenção coerentes com o próprio contexto familiar
Descrição	A SD aborda os seguros como alternativa para prevenir-se com relação aos imprevistos da vida. É disparada por uma situação de incêndio domiciliar e culmina com a dramatização de uma situação em que seguros fazem a diferença e com uma discussão acerca de outras possibilidades de prevenção que possam ser iniciadas no curto prazo.
Caderno do Aluno	Não



44

45



46

47

- 1 Professor, é recomendável que o tema dos seguros sensibilize os alunos para o cuidado com as coisas que importam para eles. Essa abordagem provou ser bem mais eficiente do que o mero alerta ao risco, já que este pode funcionar como atrativo para o adolescente. Sugere-se iniciar a aula pedindo para que os alunos mencionem bens pessoais e familiares que lhes são preciosos e perguntando o que fariam para protegê-los. Estimule a reflexão sobre a real necessidade de contratação de um seguro, procurando trazer o debate para situações financeiras, como a possibilidade de perder a casa ou itens importantes. Outra atividade relevante é a solicitação de uma pesquisa aos alunos sobre as situações que não estão cobertas por determinado tipo de seguro. Um seguro de casa, por exemplo, cobre todo e qualquer tipo de dano causado por acidentes domésticos?



48

49

- 2 Seguro é produto ou serviço? É consumo ou poupança? Essas são dúvidas que podem surgir na hora de pensar em como alocar os seguros no orçamento familiar ou doméstico. A respeito disso, veja as informações a seguir. Você pode aprofundar a questão pedindo aos alunos para, em grupos, pesquisarem preços de determinado seguro e alocá-los no orçamento de uma família imaginária. Importante que os alunos adquiram a percepção **de transferência de risco para a seguradora que é a essência do seguro**. Professor, enfatize que ao fazer o seguro estamos transferindo risco. Chame, ainda, a atenção da turma sobre o papel da Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP) que é o órgão regulador das seguradoras.
- 3 Ao montar a cena, os alunos debaterão o conceito de seguros e sua aplicabilidade no cotidiano deles e de suas famílias. A dramatização ajuda as situações representadas a ganharem um toque de realidade e, portanto, aumentam o grau de reflexão sobre o tema da prevenção e dos seguros. Ajude a turma a diversificar as cenas e as modalidades teatrais (comédia e drama), buscando evitar que os grupos utilizem um mesmo sinistro e abordagens similares. Para tanto, é recomendável que os grupos façam um rascunho antes de elaborar a encenação. Você pode pedir que cada grupo coloque no quadro o tema e a modalidade que escolheram, para garantir diversidade de cenas.

Como surgiu a ideia dos seguros?

Caso queira abordar a história dos seguros, eis algumas informações interessantes.

Os seguros se desenvolveram a partir da Renascença e da expansão do comércio marítimo. Imagine o impacto, naquela época, de um navio afundar. Um único naufrágio podia levar um grande comerciante à falência, portanto era preciso se prevenir contra essa eventualidade.

O primeiro contrato de seguro foi escrito em Gênova, por volta de 1347. O Grande Incêndio de Londres de 1666, que destruiu cerca de 25% da cidade, motivou a expansão dos seguros terrestres. (Muita gente só pensa em colocar tranca na porteira depois que o gado foge.) A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe grande desenvolvimento para o país, incluindo a área de seguros.

A primeira empresa seguradora do país foi a Companhia de Seguros Boa-Fé, que surgiu em 1808 com o objetivo de operar com seguro marítimo, aproveitando que o comércio pelo mar se intensificava com a abertura dos portos. Nesse período, a atividade seguradora era regulada pelas leis portuguesas. Essa condição só foi alterada em 1850, com a promulgação do Código Comercial Brasileiro, tendo incentivado o aparecimento de inúmeras seguradoras que passaram a operar não só com o seguro marítimo, mas também com o seguro terrestre. Até mesmo a exploração do seguro de vida, proibida expressamente pelo Código Comercial, foi autorizada em 1855. Foi então fundada a Companhia de Seguros Tranquilidade, no Rio de Janeiro – a primeira a trabalhar com seguro de vida.

» O que é prêmio do seguro?

É o valor que o segurado paga à seguradora pelo seguro, para transferir a ela o risco. Pagar o prêmio é uma das principais obrigações do segurado. O valor do prêmio será fixado pela seguradora a partir das informações que lhe forem fornecidas pelo segurado. Portanto, é importante que o segurado seja correto e objetivo nas informações que presta à seguradora.

» A seguradora poderá recusar a proposta de seguro para um segurado?

Sim. A sociedade seguradora tem o prazo de 15 dias para se pronunciar quanto à proposta de seguro apresentada pelo segurado ou seu corretor, exceto nos seguros de transportes para um único embarque onde este prazo é reduzido para 7 dias. Ao fim desse prazo, não tendo havido a recusa da seguradora, o seguro passa a ser considerado aceito.

» Como devo proceder em caso de sinistro (roubo, acidente, incêndio etc.)?

O segurado deverá avisar imediatamente à seguradora, preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação básica necessária, conforme definida nas condições gerais do seguro.

Utilize esse espaço para suas anotações.

PARA GASTAR É PRECISO TER

Conteúdos formais relacionados	Planejamento Orçamento pessoal e familiar Receitas fixas e variáveis
Competências	Atuar como multiplicador (C7) Elaborar planejamento financeiro (C8)
Objetivo(s) específico(s)	Classificar as receitas da família em fixas e variáveis Elaborar tabela com as receitas da família ao longo de vários meses Analisar como a própria família gasta ou poupa o dinheiro extra de rendas variáveis
Descrição	Esta SD apresenta as noções de receita fixa e variável, ressaltando o fato de que receitas variáveis devem levar a um planejamento mais criterioso.
Caderno do Aluno	Sim



50

51

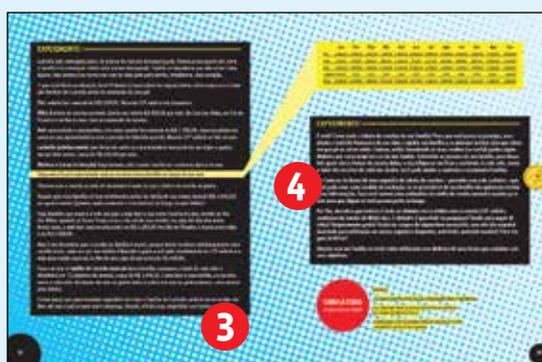


52

53

1 Professor, seria interessante trabalhar esta SD em conexão com os conceitos de “despesas fixas e variáveis”, abordados na SD Calendário, cuja compreensão é um pouco mais difícil mas que podem ficar mais claros quando se veem os conceitos de “fixo” e “variável” aplicados ao contexto de “receitas”.

2 Para aproximar as receitas da realidade de seus alunos, peça a eles que levantem outros tipos de trabalho comuns em sua localidade e que tentem classificar as receitas que geram.



56

57

3 Dê um tempo para os grupos criarem suas sugestões e depois gere um momento coletivo com a turma, no qual os grupos possam socializar suas ideias e debater quais seriam mais eficientes.

4 O aluno deve preencher em casa a tabela com os dados obtidos junto aos provedores de sua família (pessoas que geram receita), a fim de evitar comparações em sala de aula.

Este pode ser um bom momento para rever ou apresentar o conceito de média, ao calcular a receita média mensal. O professor de Matemática poderá orientar esse trabalho.

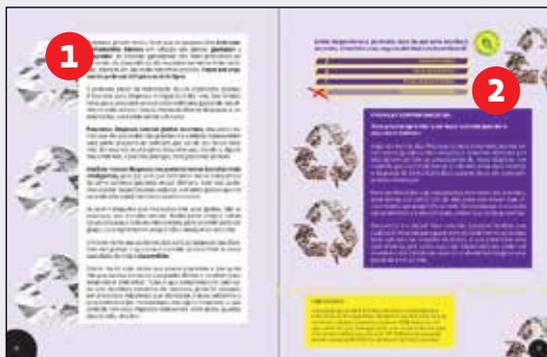
Você também pode trazer algumas questões para serem debatidas com a turma sobre orçamento a partir da questão das receitas. Por exemplo: uma receita que se repetiu por três meses pode virar fixa? A resposta é “não”, mas o aluno pode ter entendido que sim e essa pergunta é ótima para esclarecer melhor o conceito.

Nessa tabela, a organização dos dados relativos a poucos meses permitirá a projeção de um orçamento anual antes mesmo de acabar o ano.

Alternativa: se a atividade for constrangedora porque os provedores não querem divulgar suas receitas para os filhos ou por possíveis comparações entre alunos, sugerimos que a tarefa dos alunos seja criar uma família imaginária e fazer a tabela de receitas para o exemplo que inventaram.

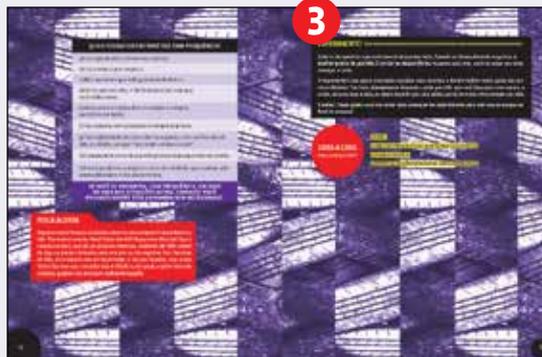
QUE DESPÉRDÍCIO

Conteúdos formais relacionados	Despesas Orçamento pessoal ou familiar Planejamento
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar desperdícios nas próprias despesas Evitar desperdícios Tomar consciência de ações que causam desperdício
Descrição	Esta SD trata da necessidade de fazer um orçamento para se ter maior controle sobre a vida financeira. Além disso, introduz a noção de análise orçamentária por meio da análise dos desperdícios praticados pelos alunos.
Caderno do Aluno	Não



62

63



64

65

- 1 Professor, esta SD destaca um aspecto da vida financeira que pode causar problemas no final do mês: os desperdícios. Estamos falando dos objetos e das roupas que foram comprados mas nunca ou raramente foram utilizados. Procure se lembrar de casos que ilustrem essa situação e narre-os para os alunos. Incentive-os a narrar outros casos e a refletir sobre como se sentem ao perceber que desperdiçaram dinheiro com uma compra que não cumpriu a finalidade esperada. Reforce a ideia de que um bom planejamento financeiro exige constante atenção ao que se compra. O consumo deve ser, cada vez mais, um ato consciente e responsável não só financeiramente como também com relação ao meio ambiente, porque, deixando de utilizar um objeto comprado, estamos desperdiçando também os recursos naturais que o geraram.
- 2 Reforce os benefícios ambientais de se evitar desperdícios, utilizando exemplos mais próximos do seu contexto regional para ampliar a consciência da turma acerca da importância de tal atitude.
- 3 Esta atividade poderá ser mais produtiva se feita em dupla, porque os alunos tendem a se beneficiar mais quando precisam organizar juntos os argumentos para debate.

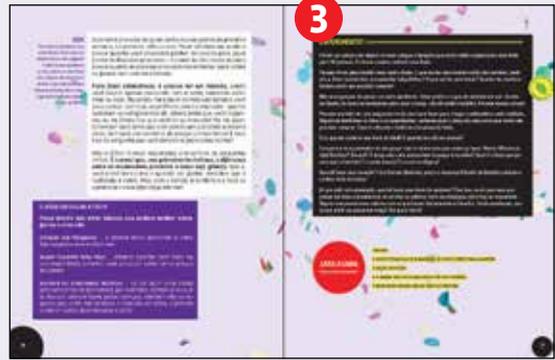
E VAI ROLAR A FESTA

Conteúdos formais relacionados	Estimativas Orçamento pessoal ou familiar Planejamento
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Dimensionar despesas utilizando estimativas Orçar eventos sociais Planejar eventos sociais ambientalmente responsáveis Identificar armadilhas ao fazer estimativas
Descrição	Esta SD promove o exercício de estimativas para elaborar orçamento de evento social, detalhando as perguntas necessárias para estimar quantidades e valores. Ao mesmo tempo, atenta para as armadilhas envolvidas neste processo.
Caderno do Aluno	Não



66

67



68

69

- 1** Professor, esta SD promove uma aprendizagem de aplicação imediata, uma vez que trata de uma situação muito comum na vida dos alunos: estimar comes e bebes para um evento social. A frequência dessa situação social também facilita o rápido desenvolvimento da habilidade de estimar, tão importante para a vida financeira, social e profissional.

Conte para seus alunos a própria experiência com estimativas. Relate quais problemas você já teve por não estimar bem; em que situações você usa estimativas hoje (para calcular o tempo e a quantidade de aulas que esta SD demandará, por exemplo).

Ressalte a quantidade de conhecimento e a riqueza de raciocínio envolvida no processo de estimar. Se achar relevante, conte para a turma que algumas grandes empresas incluem a estimativa nas dinâmicas de grupo de processos seletivos como forma de ter acesso ao modo como os candidatos pensam. Encante os alunos com a perspectiva de aprenderem a pensar utilizando boas estimativas.
- 2** Este é um bom momento para os alunos acionarem seus conhecimentos prévios do assunto. Pergunte qual a experiência que eles têm de planejar eventos sociais e que conhecimentos adquiriram com isso.
- 3** Ajude a turma a definir a festa primeiro. Será um churrasco? Festa com música? Em um local alugado, público ou na casa de alguém?

CEDER OU NÃO CEDER À PRESSÃO DOS AMIGOS: EIS A QUESTÃO!

Conteúdos formais relacionados	Taxas de juros real e nominal Taxa de captação, taxa de empréstimo, spread bancário Risco e retorno
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Ler e interpretar textos que contenham vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Explicar conceitos financeiros para outras pessoas Relacionar conceitos de taxa de juros e de risco e retorno a situação cotidianas
Descrição	As taxas de juros são um conhecimento fundamental para a educação financeira. Nesta SD são apresentados os conceitos básicos relativos a taxas de juros, para que os alunos possam ter uma noção inicial dos custos dos empréstimos e dos retornos dos investimentos e, assim, ampliar sua capacidade de compreender e de tomar decisões no mundo financeiro.
Caderno do Aluno	Não



70

71



72

73

- 1 Professor, esta SD parte de uma situação com forte potencial para levar o jovem e sua família ao endividamento: o consumo feito apenas para acompanhar determinado grupo social. Pessoas de todas as idades estão sujeitas a essa motivação ao consumo, porém os jovens têm como elemento adicional o forte apelo do grupo, característico da adolescência.

A SD explora as consequências de um consumo para além das possibilidades da família, apresentando conceitos complexos relacionados com juros, como taxa de juros real e nominal e risco e retorno, para que os alunos entendam a cobrança dos juros e o efeito desses sobre o crédito e a poupança.

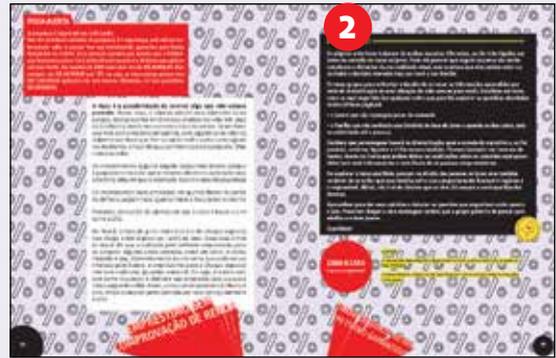
Inicie a SD perguntando se alguém na turma já passou por situações semelhantes à de Patrícia e deixe que os alunos relatem um pouco como se sentiram, o que fizeram e quais foram os efeitos de suas ações.

- 2 Nesta atividade devem surgir questões importantes para os adolescentes. É o momento em que eles vão passar adiante suas mensagens, que às vezes não têm espaço para acolhimento no mundo adulto. O interessante, portanto, é que os grupos tenham a oportunidade de apresentar suas dramatizações a outros jovens e a adultos. Pode ser uma apresentação para a escola e a comunidade, em algum evento já previsto do colégio, ou simplesmente para a própria turma. Explore as possibilidades de seu colégio. Também é recomendável que os alunos possam contar com uma extensão de tempo que lhes permita elaborar suas dramatizações com reflexão e qualidade.



74

75



76

77

- 3 A operação de cálculo deve ser realizada utilizando duas casas decimais, conforme a demonstração abaixo:

Capital = R\$ 200,00

Juros = 10% ao ano

Inflação = 5% ao ano

Para chegarmos a taxa real de juros devemos descontar da taxa de juros nominal a inflação. Para essa operação, basta dividir a taxa de juros (10% = 1,10) pela inflação acumulada no período (5% = 1,05), fazendo a seguinte operação: $1,10/1,05 = 1,048$. Como são dois anos devemos acumular o fator em dois períodos como juros compostos: $1,048 \times 1,048 = 1,098$. Em seguida multiplica-se o fator acumulado 1,098 pelo valor R\$ 200,00 chegando ao montante de R\$ 219,60.

É muito comum observar a soma dos percentuais $10\% + 10\% = 20\%$ e $5\% + 5\% = 10\%$ e depois dividir $1,20/1,10 = 1,091$. Este fator nos dará o valor de R\$ 218,20, mas nesse caso, a capitalização não está correta.

Juros

Os juros podem ser mais altos ou mais baixos em função da demanda e da oferta de dinheiro. Como o dinheiro é uma mercadoria, também está sujeito à lei de oferta e demanda. Logo, se há pouco dinheiro em circulação, sobem os juros (que são o preço do dinheiro).

Taxa Referencial

No caso da caderneta de poupança, a partir da Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2012 (convertida na Lei 12.703, de 7 de agosto de 2012), passam a existir duas regras para a remuneração: 1) para os depósitos anteriores à Medida Provisória, a remuneração é a TR – Taxa Referencial mais 0,5 ponto percentual ao mês; 2) para os depósitos feitos a partir do dia 4 de maio de 2012, a remuneração passa a ser de TR mais 70 % (setenta por cento) da meta da taxa Selic (definida pelo Banco Central) sempre que a meta for igual ou menor que 8,5% ao ano. Caso a meta da taxa Selic seja superior a 8,5%, a remuneração das cadernetas de poupança permanece como TR mais 0,5 ponto percentual ao mês, igual à regra anterior.

Crédito

O crescimento do crédito no Brasil na primeira década do século XXI permitiu que muitas pessoas fizessem compras que antes eram acessíveis apenas a famílias de alta renda. Uma das novidades nessa área foram os empréstimos consignados. As pessoas que contratam empréstimos consignados têm uma renda fixa (um salário ou uma aposentadoria, por exemplo). Nesses casos, o pagamento do empréstimo é realizado por meio de descontos feitos diretamente sobre essas remunerações. Isso quer dizer que a pessoa recebe o seu salário ou a sua aposentadoria tendo já descontado o valor da prestação. A segurança em receber as prestações possibilitou aos bancos, que fazem esse tipo de empréstimo, cobrarem juros mais baixos. Afinal, um dos fatores que elevam a taxa de juros cobrada pelos bancos é o risco de inadimplência, isto é, de não receber de volta o valor emprestado. Essa maior segurança significa, por outro lado, que o consumidor não poderá suspender os pagamentos do empréstimo contratado. Por isso, a contratação de um crédito consignado deve ser bem pensada, de modo que não venha a comprometer as condições mínimas de vida do consumidor em um momento de dificuldade.

O maior acesso ao crédito contribuiu para que o mercado consumidor crescesse muito. As pessoas passaram a consumir mais, as vendas aumentaram, a economia aqueceu, negócios prosperaram. Contudo, muitos foram os casos de pessoas que se endividaram excessivamente e depois não conseguiram pagar as dívidas, ficando inadimplentes.

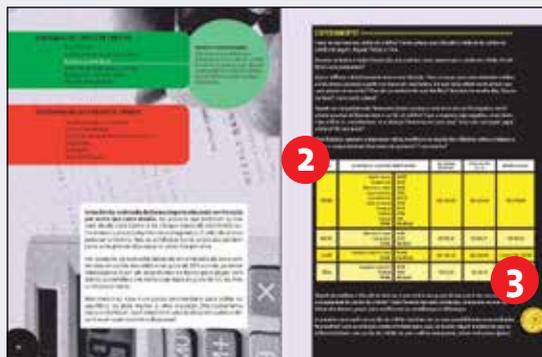
COMPRANDO UM PRESENTE

Conteúdos formais relacionados	Endividamento Orçamento pessoal ou familiar Planejamento
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Atuar como multiplicador (C07) Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas (C10)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar os elementos de uma fatura de cartão de crédito Identificar os comportamentos financeiros que provocam endividamento no cartão Utilizar o cartão de crédito de forma consciente e responsável Elaborar hipóteses e conclusões sobre a vida de pessoas a partir de seus dados financeiros
Descrição	Esta SD trata do uso consciente e responsável do cartão de crédito, no contexto de preparação de um evento social, e atenta para os cuidados a serem tomados para evitar contrair dívidas. Os alunos também têm a oportunidade de refletir sobre faturas de cartão de crédito, construindo relações entre o uso do cartão e a situação financeira de quem o utiliza.
Caderno do Aluno	Não



78

79



82

83

1 Professor, esta SD trata do cartão de crédito, algo que leva muitas famílias brasileiras ao endividamento, por não saberem como utilizá-lo. Espera-se que ao final da SD os alunos saibam fazer bom uso do cartão de crédito e possam ajudar suas famílias a evitar e superar dívidas contraídas por meio de sua utilização indevida.

2 As pessoas e suas faturas apresentadas foram estruturadas da seguinte forma:
INGRID: É adulta, tem receita fixa e é provedora da família. O fato de sua entrada de cinema ser mais barata pode indicar que ela também estuda. O total de gastos apresentado na fatura do seu cartão de crédito é o mais alto dos quatro, mas é compatível com sua receita.

MIGUEL: É um jovem que trabalha, mas não é o único provedor da família. O total de sua fatura não é muito alto, mas excede a receita.

FELIPE: É um adulto que trabalha como taxista. Observa-se que o total expresso na fatura só poderá ser pago depois de alguns meses, mas é referente a um gasto essencial à sua atividade profissional, de onde retira o seu sustento.

LÍDIA: É uma jovem que provavelmente ganha algum dinheiro fazendo pequenos serviços ou recebe um dinheiro inconstante dos pais ou responsáveis. O total de sua fatura é baixo, mas a receita é variável, o que dificulta o pagamento. Provavelmente é a situação mais próxima dos alunos da turma.

O importante nesta atividade é que os alunos percebam que não há uma forma única, fechada e definitiva de utilizar responsabilmente um cartão de crédito. O bom uso do cartão precisa levar em conta as necessidades e possibilidades de cada situação financeira. Elaborar hipóteses e conclusões sobre a vida das pessoas a partir de seus dados financeiros é uma ação que leva ao estabelecimento dessas relações entre o comportamento financeiro e o contexto no qual se insere.

Acompanhe a discussão dos grupos sobre os casos apresentados. Talvez haja alguma diferença entre a reação inicial dos grupos às faturas e a conclusão após a análise. O total muito alto da fatura de Ingrid, por exemplo, pode parecer imprudente à primeira vista, mas nota-se que está dentro do orçamento.

Outro ponto importante da atividade é mostrar aos alunos que o cartão de crédito possui um custo de utilização: a anuidade. Se o cartão for utilizado como meio de pagamento de outras faturas e boletos, como água e luz, por exemplo, a instituição financeira poderá cobrar também taxas sobre o valor total do pagamento, além do valor referente ao IOF.

Em relação aos itens da fatura, a operadora do cartão só poderá cobrar o que foi adquirido pelo consumidor ou expressamente autorizado por ele. Um seguro contra roubo do cartão, por exemplo, não pode ser cobrado sem a assinatura prévia de um contrato.

3 É interessante coletar e colocar no quadro as conclusões do grupo e debatê-las, chegando, se possível, a um consenso na turma.

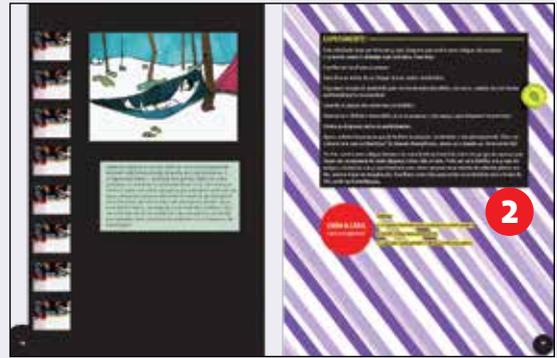
ACAMPAMENTO

Conteúdos formais relacionados	Orçamento pessoal ou familiar Planejamento Provisões
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Levantar as despesas envolvidas em um acampamento Prever verba para imprevistos Elaborar planejamento financeiro para acampar
Descrição	A SD trabalha a importância do planejamento, da elaboração de orçamento, da estimativa de despesas e da formação de provisão e reserva, no contexto de um acampamento. O acampamento, para ser bem-sucedido, deve contemplar todos esses conceitos, ainda que de forma simples, sendo um bom meio de introduzi-los entre os alunos.
Caderno do Aluno	Não



84

85



88

89

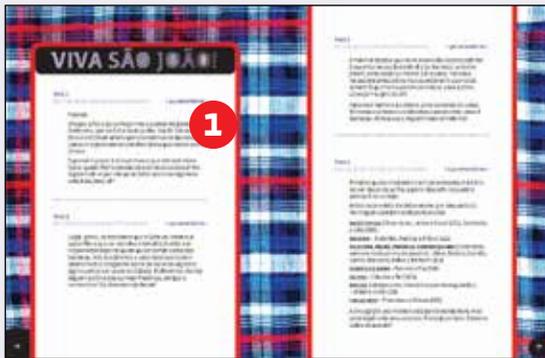
- 1 Professor, pergunte à turma se há alguém que já acampou. Caso haja, peça que os alunos relatem suas experiências de acampamento (ou de outra viagem), contando livremente o que foi bom, do que eles gostaram, para onde foram, o que deu certo e o que deu errado. É possível que surjam histórias muito interessantes. Aproveite para divertir-se com a turma e, se desejar, relatar também as próprias experiências.

Em seguida, pergunte à turma se as dificuldades relatadas pelos alunos-campistas poderiam ter sido amenizadas com um planejamento financeiro. Caso não tenham surgido grandes dificuldades, pergunte que conhecimentos prévios de planejamento os campistas tinham para obter êxito acampando.

- 2 Você pode desdobrar e detalhar esta SD nas etapas de levantamento para trabalhar conceitos matemáticos, bem como enfatizar a utilização de planejamento e orçamento em outras situações do cotidiano. Dê aos alunos tempo suficiente para discutir, pesquisar, planejar, produzir e apresentar, de forma que o trabalho possa ter a qualidade que eles sabem alcançar.

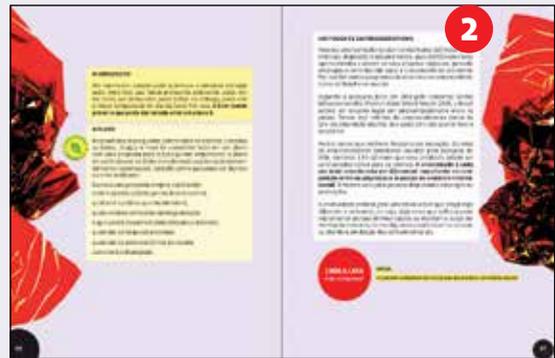
VIVA SÃO JOÃO!

Conteúdos formais relacionados	Planejamento Estimativas Despesas Empreendedorismo
Competências	Tomar decisões social e ambientalmente responsáveis (C02) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Elaborar planejamento de festa junina nos moldes de um plano de negócio
Descrição	A SD apresenta um roteiro para a realização de uma festa junina que guarda similaridades com um plano de negócios. Estimula uma atitude empreendedora, para levar avante um projeto que os alunos poderão depois aplicar em suas vidas profissionais e pessoais, ao mesmo tempo que conceitos como despesas e estimativas são abordados e a importância da criatividade e da inovação é apontada.
Caderno do Aluno	Não



90

91



98

99

1 Professor, nesta SD, a atividade permeará todo o texto, ou seja, ela é um grande "Experimente!", que se constitui em um roteiro para a realização de uma festa junina nos moldes de um plano de negócios. Com isso, estimula-se uma atitude empreendedora para levar avante um projeto que os alunos poderão depois aplicar em suas vidas profissionais e pessoais. O trabalho deverá ser feito em grupo, podendo ser uma atividade em sala de aula e incluir pesquisas no lar para preencher determinados itens do planejamento.

2 Os grupos poderão apresentar suas propostas em sala, simulando que estejam sendo avaliados por um grupo de possíveis investidores. Ao final de cada apresentação, seria interessante se você e alguns poucos alunos pudessem representar os investidores, tecendo comentários relevantes sobre a proposta. Depois, os alunos podem votar secretamente nas duas melhores propostas. Certifique-se de que os critérios de avaliação estejam claros. Esses critérios podem ser determinados por você ou estabelecidos junto à turma.

Aproveite para destacar alguns temas de empreendedorismo, como a disposição e a criatividade necessárias para levar avante um projeto ao abrir uma empresa ou uma ONG, ou mesmo dentro de uma organização como uma empresa particular ou um órgão público.

VOLTANDO DE VIAGEM

Conteúdos formais relacionados	Orçamento pessoal ou familiar Endividamento
Competências	Ler criticamente textos publicitários (C05) Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas (C10)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar armadilhas financeiras em anúncios de parcelamento Analisar opções para sair de endividamento no cartão de crédito
Descrição	A SD trata da importância do planejamento, da elaboração de orçamento e da previsão de despesas por meio da situação de uma família que falhou ao calcular o somatório das compras parceladas e se encontrou em situação difícil. Os alunos são convocados a analisar possibilidades e propor uma solução para essa família.
Caderno do Aluno	Não



100

101



104

105

- 1 Professor, a compra parcelada, quando não planejada, é um caminho para o endividamento. Esta SD objetiva ajudar a evitar o endividamento causado pela armadilha muito comum de não somar os valores das parcelas e, portanto, não perceber que as despesas feitas não cabem no orçamento pessoal. Também são abordadas alternativas para sair de um endividamento provocado por essa situação. Você pode iniciar a SD perguntando aos alunos se eles já se sentiram compelidos a fazer alguma compra apenas por causa da possibilidade de parcelar. Caso se sintam à vontade, seria interessante que alguns pudessem dar seus testemunhos de experiências de endividamento próprio ou de conhecidos (sem precisar citar nomes) pelo motivo em questão.
- 2 Aproveite para somar os valores expressos em anúncios de compras parceladas para chegar a um valor total e compare com a receita média de uma pessoa com Ensino Médio completo da região da escola. A situação de consumo do anúncio é compatível com essa receita média? A turma pode estimar o dado da receita ou explorar o site do IBGE: www.ibge.gov.br.
Após estimular o cálculo do parcelamento pelos alunos, é importante ressaltar a existência do Custo Efetivo Total – CET, que deve vir discriminado em todos os anúncios de financiamento. Atente para como uma pessoa pode se endividar sem perceber.
- 3 Esta situação convoca os alunos a analisarem opções para sair de um endividamento. Para tanto, terão de reunir, em suas análises, noções de orçamento, receitas, despesas, endividamento e juros. Você pode desdobrar e detalhar esta SD para trabalhar conceitos matemáticos como cálculo de juros, ou encaminhar pesquisa de valores como do preço do carro e de taxas de diferentes tipos de empréstimo para comparar com o empréstimo consignado.

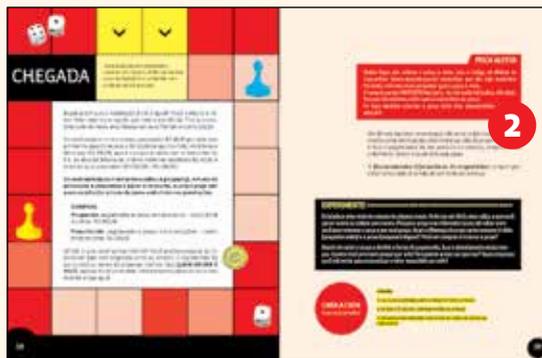
EM BUSCA DO TÊNIS PERFEITO

Conteúdos formais relacionados	Orçamento Planejamento Poupança Taxa de juros
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Calcular a diferença entre valores à vista e a prazo Tomar decisões autônomas de consumo à vista ou a prazo Buscar informações específicas no Código de Defesa do Consumidor
Descrição	Esta SD apresenta o planejamento financeiro como ferramenta que permite a realização de uma compra com consciência das opções de pagamento à vista e a prazo e dos benefícios e desvantagens de cada opção.
Caderno do Aluno	Não



108

109



110

111

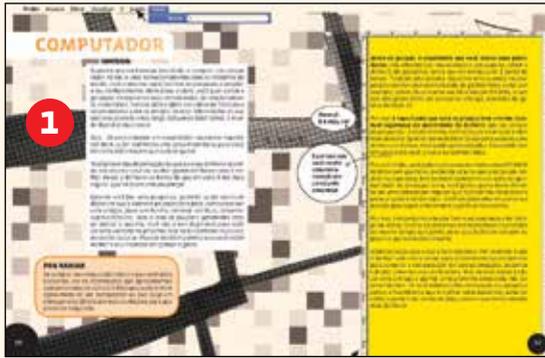
- 1 Professor, a principal aprendizagem aqui se relaciona com a taxa de juros embutida nos parcelamentos. Quando uma loja anuncia que o produto pode ser pago em x parcelas sem juros, na verdade os juros estão embutidos. Se há diferença entre o preço a prazo e o preço à vista, o valor com desconto oferecido à vista é, normalmente, o real. O Código de Defesa do Consumidor pode e deve ser conhecido e consultado por todos os cidadãos, e esta SD oferece uma boa oportunidade para você apresentá-lo aos alunos. Veja o Código de Defesa do Consumidor compilado da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm

- 2 Explore um pouco este assunto com a turma. Uma situação comum é o lojista dizer que um produto não tem juros na compra parcelada, mas ao perguntar o preço à vista descobre-se que há 10% de desconto, ou seja, há juros embutidos no parcelamento. Se você tiver alguma experiência do tipo é um bom momento para relatá-la. Aproveite para debater com os alunos o direito de informação do consumidor. Defina com a turma um ou mais tipos de tênis. Peça aos alunos que pesquisem preços e formas de pagamentos no comércio local (shoppings, lojas de bairro, feiras etc.). Em sala, proponha um momento de discussão para que os alunos compartilhem os diversos preços e formas de pagamentos encontrados e, se considerar oportuno, organizem um painel com as reflexões da turma.

- 3 Chame a atenção da turma para o texto do Box da página 111: Muitas lojas não exibem o preço à vista, o que é ilegal, pois o Código de Defesa do Consumidor (www.planalto.gov.br/legislacao) determina que ele seja mostrado. É direito de o consumidor ser informado sobre as características dos produtos e serviços ofertados. Portanto, é dever do fornecedor mostrar o preço à vista. Nas compras parceladas o fornecedor é obrigado a informar o valor das parcelas e o total das prestações. Atenção! Os preços dos produtos e serviços devem ser informados de forma adequada, ou seja, correta, clara, precisa, ostensiva e legível. Além disso, os preços dos produtos e serviços expostos à venda devem ficar sempre visíveis aos consumidores enquanto o estabelecimento estiver aberto ao público.

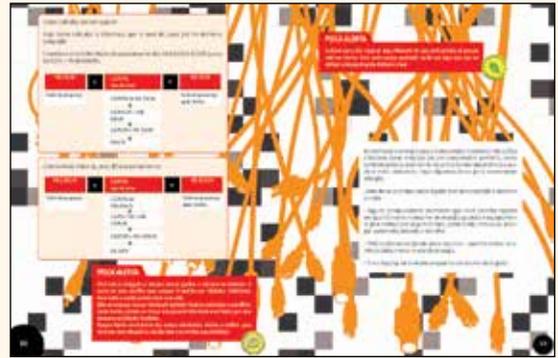
COMPUTADOR

Conteúdos formais relacionados	Custo de oportunidade Orçamento Planejamento Poupança Taxa de juros
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Tomar decisões financeiras considerando o custo de oportunidade Equilibrar desejos e necessidades na escolha de um produto Comparar preços Calcular poupança necessária para comprar computador à vista
Descrição	Aqui apresenta-se uma noção básica de custo de oportunidade como um importante ingrediente na tomada de decisão de consumo. A SD aborda a compra de um produto (personificada no exemplo de um computador), incluindo poupança, planejamento financeiro, comparação de modelos e preços, e tomada de consciência dos próprios desejos e necessidades.
Caderno do Aluno	Sim



112

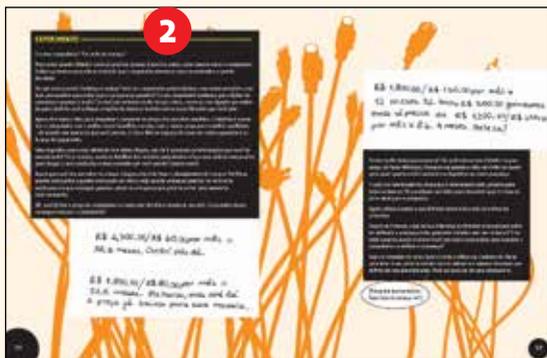
113



114

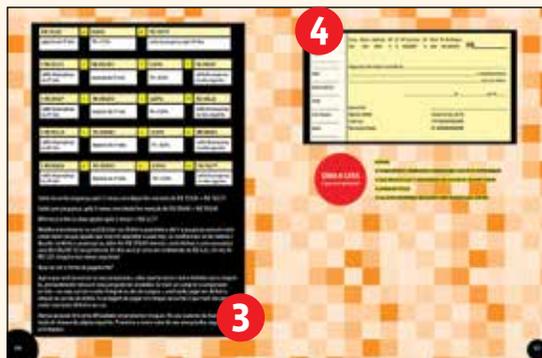
115

- 1 Professor, a compra de um computador é uma situação de consumo popular entre os jovens e necessária no mundo atual. Envolve muitas pesquisas (de preços, modelos, tecnologia, qualidade) e tomadas de decisão, configurando-se como uma situação rica de ser trabalhada com os adolescentes. Além disso, é uma compra recorrente, porque o computador é um exemplo clássico de “obsolescência planejada”, ou seja, é um produto que foi feito para perder a qualidade, a funcionalidade e a atualidade rapidamente, precisando ser substituído com frequência. Logo, mesmo quem já tem um computador terá, cedo ou tarde, a necessidade de comprar outro.
- 2 Esta atividade deve ser feita em várias etapas, possivelmente ao longo de um tempo mais prolongado. Cada etapa tem uma importância específica e oferece a oportunidade de o aluno criar uma metodologia que combine consumo e poupança, envolvendo a avaliação de suas necessidades, a busca de informações de produtos com características que atendam a elas e o planejamento financeiro para realizar a compra.



116

117



118

119

- 3 Remeta os alunos ao Caderno do Aluno para fazer os cálculos solicitados. No Livro do Aluno, apresentam-se os cálculos para os primeiros meses. No Caderno de Aluno encontra-se um espaço apropriado para registrar os cálculos dos meses subsequentes. Nestes, o saldo da poupança (resultado do rendimento e dos novos depósitos) evoluirá da seguinte forma:

Início do 7º mês: R\$ 917,93	Início do 8º mês: R\$ 1.074,14	Início do 9º mês: R\$ 1.230,50	Início do 10º mês: R\$ 1.387,41
---	---	---	--

Calculando a diferença entre o saldo da poupança após 9 meses (R\$ 1.387,41) e o dinheiro que seria guardado sem poupança ao longo do mesmo período (R\$ 1.350,00), vemos que o dinheiro depositado na poupança terá rendido R\$ 37,41. Esse é o valor do rendimento porque a poupança (assim como o empréstimo) trabalha com juros compostos, isto é, a taxa de juros do segundo mês incide sobre a remuneração obtida no primeiro mês (incide também sobre o depósito inicial e sobre o depósito feito no segundo mês). Este é um bom momento para aprofundar o cálculo de juros, se julgar propício.

A conta poupança é uma opção tradicional e bastante popular, em função de sua segurança e simplicidade. A cada trinta dias, o depositante é remunerado com juros de 0,5% ao mês (ou 6,17% ao ano, pois são juros compostos), acrescidos da atualização monetária com base na TR (Taxa Referencial), referente ao dia do depósito (o “aniversário da poupança”). A TR é um indexador calculado a partir da remuneração média de impostos e depósitos bancários.

- 4 Talvez muitos de seus alunos já saibam preencher um cheque. Justamente por conta disso, outros alunos podem ficar inibidos por não sabê-lo. Esta simples atividade ajuda a suprir a eventual carência de informação sobre preenchimento de cheque, acrescentando também informações sobre como evitar fraudes, para que servem tantos números e a função do canhoto.

Em relação à aplicação da TR de 0,18 + juros de 0,5 (em %) sobre os R\$ 150,00 podem ser encontrados valores diferentes dependendo de quantas casas decimais forem usadas no cálculo. No livro foi feito o cálculo usando a TR com mais casas decimais, se este cálculo for feito com apenas duas casas decimais podem surgir divergências de valor. São diferenças muito pequenas justificadas pelos arredondamentos.

Veja a demonstração abaixo:

TR + JUROS (%) VALOR

	Apenas duas casas decimais	No livro (mais casas decimais)
0,68	151,02	151,03
0,55	302,67	302,67
0,59	455,34	455,33
0,55	608,66	608,63
0,55	762,83	762,77

Texto explicativo sobre a remuneração da poupança:

A partir da Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2012 (convertida na Lei 12.703, de 7 de agosto de 2012), passam a existir duas regras para a remuneração: 1) para os depósitos anteriores à Medida Provisória, a remuneração é a TR – Taxa Referencial mais 0,5 ponto percentual ao mês; 2) para os depósitos feitos a partir do dia 4 de maio de 2012, a remuneração passa a ser de TR mais 70 % (setenta por cento) da meta da taxa Selic (definida pelo Banco Central) sempre que a meta for igual ou menor que 8,5% ao ano. Caso a meta da taxa Selic seja superior a 8,5%, a remuneração das cadernetas de poupança permanece como TR mais 0,5 ponto percentual ao mês, igual à regra anterior.

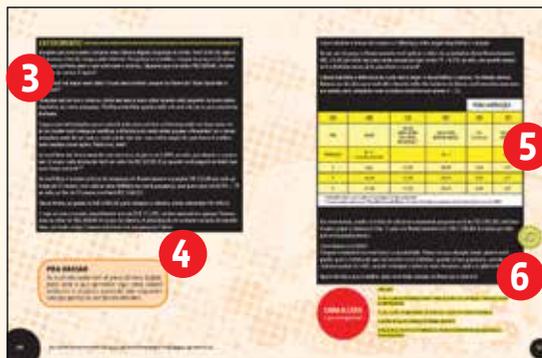
CÂMERA DIGITAL

Conteúdos formais relacionados	Orçamento Planejamento Poupança Taxa de juros Taxa de captação, taxa de empréstimo, spread bancário
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Elaborar planejamento financeiro (C08)
Objetivo(s) específico(s)	Calcular a diferença entre taxa de juros e taxa de empréstimo Calcular o rendimento de uma poupança Distinguir poupança de financiamento Tomar decisão de poupança ou financiamento, de acordo com as necessidades e possibilidades
Descrição	Esta SD apresenta uma noção do sistema financeiro, intermediando poupadores e tomadores de empréstimo. São propostos cálculos de juros para ampliar a compreensão da diferença que uma poupança ou um empréstimo fazem na compra de uma câmera digital. O planejamento financeiro é mostrado como ferramenta que permite a realização de projetos, o consumo responsável e a poupança.
Caderno do Aluno	Sim



120

121



122

123

1 Professor, esta SD apresenta a lógica das taxas de juros e de empréstimo de modo que os alunos compreendam o sentido de ambas. Em seguida, eles são chamados a tomarem a decisão de poupar ou financiar, no contexto da compra de uma câmera digital e de acordo com o que aprenderem sobre as benesses de cada opção. Explore bastante essas alternativas, estimulando os alunos a pensarem em situações em que o melhor é poupar e outras em que o melhor é financiar, salientando, assim, que a decisão varia de acordo com o contexto.

2 Verifique se a turma compreendeu bem os conceitos apresentados. Uma sugestão é pedir aos alunos que tiverem entendido que expliquem com suas palavras aos que não entenderam bem. Essa também é uma forma de você observar como os conceitos estão sendo apreendidos e transmitidos entre eles. Veja outra forma de explicar as taxas, caso sinta necessidade:

As pessoas que deixam seu dinheiro parado no banco, sem poder utilizá-lo, querem ser recompensadas por isso e recebem juros. Portanto, a taxa de juros que as pessoas ganham por deixar seu dinheiro no banco, por exemplo na poupança, é o ganho (remuneração) obtido por essa espera. Para o banco, no entanto, essa é uma despesa. Em linguagem bancária, é a chamada taxa de captação, que é a taxa de juros que os bancos pagam para captar, atrair, obter dinheiro.

O banco capta esse dinheiro para emprestá-lo a quem quer fazer uma compra e não possui o valor do bem que deverá adquirir. Quando empresta, o banco cobra uma taxa de juros de quem tomou o dinheiro emprestado. É a taxa de empréstimo.

Uma das principais atividades dos bancos comerciais é emprestar dinheiro. Para isso, eles captam. Essa captação tem um custo, conhecido como taxa de captação. Para cobrir suas despesas e obter lucro, os bancos cobram taxas de juros dos empréstimos e financiamentos maiores que essa taxa de captação. A diferença entre as duas taxas tem o nome de *spread* bancário.

3 Pesquise também essas informações para ajudar a turma no levantamento de dados. Inicialmente, realize os cálculos indicados junto com a turma a partir dos dados de um banco específico. Em seguida, se houver dados de mais de um banco, você pode pedir que os alunos façam os cálculos individualmente ou em duplas para os demais bancos. Ao final, peça para a turma comparar as taxas e analisar as melhores opções, a partir das variações observadas no CET.

Texto explicativo sobre a remuneração da poupança:

A partir da Medida Provisória 567, de 3 de maio de 2012 (convertida na Lei 12.703, de 7 de agosto de 2012), passam a existir duas regras para a remuneração: 1) para os depósitos anteriores à Medida Provisória, a remuneração é a TR – Taxa Referencial mais 0,5 ponto percentual ao mês; 2) para os depósitos feitos a partir do dia 4 de maio de 2012, a remuneração passa a ser de TR mais 70 % (setenta por cento) da meta da taxa Selic (definida pelo Banco Central) sempre que a meta for igual ou menor que 8,5% ao ano. Caso a meta da taxa Selic seja superior a 8,5%, a remuneração das cadernetas de poupança permanece como TR mais 0,5 ponto percentual ao mês, igual à regra anterior.

- 4 Você pode experimentar trocar os valores desta atividade por valores reais de bancos da sua localidade para realizar o mesmo tipo de cálculo. Você também pode trocar a câmera digital por outro objeto de forte apelo para seus alunos.
- 5 Na verdade, ao fim de 9 meses, o valor acumulado passaria um pouco de R\$ 1.000,00. Isso se explica pelo fato de os rendimentos da poupança serem capitalizados somente a cada 30 dias, daí a necessidade de se completar os 9 meses, mesmo que com isso se exceda o valor de R\$ 1.000,00. Se fosse possível dispor dos ganhos a cada dia, como nas contas remuneradas da época da alta inflação, seriam necessários 8,5 meses de poupança.

Seria oportuno destacar a vantagem do financiamento sobre a poupança em situações como essa, em que se deseja dispor do bem de consumo imediatamente. O financiamento possibilita o consumo imediato, ao contrário da poupança, que requer neste exemplo nove meses de espera. Esse é o grande atrativo do financiamento. Quanto se deseja pagar para não ter que esperar?

Eis a tabela completa:

REMUNERAÇÃO					
(A) MÊS	(B) SALDO	(C) VALOR DEPOSITADO NA CONTA POUPANÇA*	(D) BASE PARA REMUNERAÇÃO	(E) TR+0,5%/m	(F) VALOR A CREDITAR
FÓRMULAS	D + F (da linha anterior)	-	B + C	-	D x E
1	0,00	115,90	115,90	0,68	0,79
2	116,69	115,90	232,59	0,55	1,27
3	233,86	115,90	349,76	0,59	2,05
4	351,82	115,90	467,72	0,55	2,55
5	470,27	115,90	586,17	0,55	3,20
6	589,36	115,90	705,26	0,57	3,99
7	709,26	115,90	825,16	0,58	4,80
8	829,95	115,90	945,85	0,52	4,92
9	950,77	115,90	1.066,67	0,50	5,33
10	1.072,00	115,90	1.187,90	0,50	5,94
11	1.193,84	115,90	1.309,74	0,50	6,55
12	1.316,29	115,90	1.432,19	0,55	7,93
SALDO FINAL	1.440,12				

* depósitos feitos com o valor da prestação do financiamento

Obs.: Foram usados valores da TR publicados pelo Banco Central referentes ao primeiro dia de cada mês do ano de 2009.

Em nove meses (saldo no início do décimo), o montante poupado será de R\$ 1.072,00, o suficiente para pagar a câmara à vista. O valor do financiamento é de R\$ 1.390,80. A espera permite que se despenda menos.

- 6 Explore com a turma as diferentes decisões dos alunos. O importante é exercitar a argumentação, que é o que dá suporte à tomada de decisão autônoma. Lembre-os que tomar decisões autonomamente não significa “fazer o que der na telha”, mas sim optar pela melhor alternativa, considerando-se os fatos e os dados da vida real de cada um.

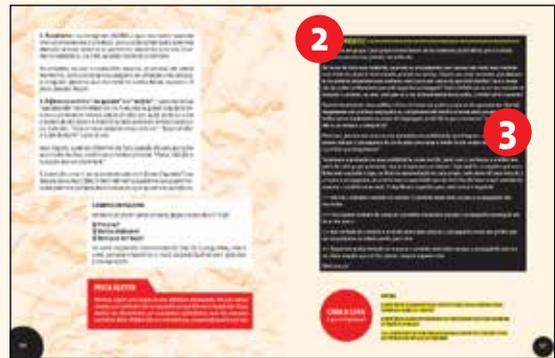
NUM PASSE DE MÁGICA

Conteúdos formais relacionados	Consumo Comportamento do consumidor
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Ler criticamente textos publicitários (C05) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar os elementos dos textos publicitários voltados para despertar desejo de consumo Identificar o conflito entre desejo e necessidade que pode surgir na situação de consumo Utilizar o conhecimento sobre as principais armadilhas ligadas ao consumo, para se proteger do impulso irrefletido consumista
Descrição	Esta SD apresenta o conceito de comportamento do consumidor e procura fornecer elementos para os alunos aprenderem a identificar as principais forças utilizadas pelos textos e pelas peças publicitárias para impulsionar o consumo.
Caderno do Aluno	Não



124

125



128

129

- 1 Refletindo sobre as peças publicitárias que lhes despertam desejo de consumo, os alunos vão analisar os recursos utilizados pela publicidade para causar intencionalmente esse efeito. Essas análises deverão ajudá-los a identificar e controlar os próprios impulsos irrefletidos de consumo. Por exemplo, se eles entenderam:
 - a) que um perfume está sendo anunciado por meio de uma história de sedução meio mágica, na qual o romance acontece assim que o rapaz sente o cheiro do perfume que a menina está usando;
 - b) que a intenção é fazer com que as pessoas comprem o perfume pensando que por causa disso vai rolar uma história de amor maravilhosa;
 - c) que a publicidade está conversando direto com os contos de fada;
 - d) que não é bem assim que as coisas acontecem, então alguém pode até comprar o perfume, mas porque realmente gostou dele e não porque está achando que vai encontrar sua cara-metade.

- 2 O objetivo desta atividade é aguçar, nos alunos, a percepção que a publicidade causa nas pessoas pela imagem, pelas palavras, pelas cores e pelos sentimentos que veicula. Colete e estimule os alunos a trazerem, ao longo de algum tempo, anúncios e peças publicitárias para que o acervo a ser analisado seja bastante rico.

- 3 Ajude os alunos a navegarem nos textos publicitários, incentivando-os a:
 - Observar os detalhes da composição: cores que predominem, imagens que sugiram movimento ou som, relação entre os elementos verbais e não verbais;
 - Identificar o argumento usado para estimular o telespectador a comprar o produto;
 - Identificar a relação que a publicidade busca com outro texto (intertextualidade), – técnica muito usada em textos publicitários;
 - Destacar os recursos linguísticos presentes na publicidade: jogos de palavras, ambiguidade, figuras de linguagem, sentido conotativo (o sentido figurado, determinado pela situação sócio-histórica e cultural em que se situa) ou sentido denotativo (o significado que aparece no dicionário), uso de adjetivos, advérbios, superlativos, rimas.

Teorias sobre o comportamento do consumidor

Existem diversas teorias sobre o comportamento do consumidor. Resumindo bastante, as teorias econômicas propõem alternativas que tornam possível a existência de um consumidor mais racional, que busca maximizar seu bem-estar a partir dos recursos de que dispõe. O bem-estar se origina da posse e do uso dos bens e serviços adquiridos. Dois bens diferentes podem proporcionar o mesmo bem-estar ao consumidor, mas na maioria das vezes ele precisará decidir entre um dos dois, em razão da limitação de seus recursos. Logo, o preço tem grande peso nessa decisão, especialmente quando se trata de produtos similares. Se houver grande diferença de qualidade entre os itens, o consumidor provavelmente vai se dispor a pagar um preço mais elevado para adquirir o item de melhor qualidade, desde que a despesa seja compatível com suas possibilidades orçamentárias.

As teorias antropológicas e sociais levam muito em consideração o contexto do consumidor, a cultura em que ele está inserido, as comunidades das quais participa etc. Por exemplo, nós brasileiros gostamos tanto de café que chamamos a primeira refeição do dia de “café da manhã” em vez de “desjejum”.

As teorias psicológicas e comportamentais trabalham com os desejos inconscientes do consumidor, o que está por trás da compra. Algumas pessoas podem justificar a escolha de um carro com base em características técnicas, como o desempenho, os acessórios e as funcionalidades, mas secretamente, lá no fundo, é porque o associam a certo status, ao aumento de prestígio junto aos amigos e colegas de trabalho. O mesmo pode valer para um par de tênis. É importante que, qualquer que seja a decisão tomada, conheçamos a fundo as nossas reais motivações. Isso certamente ajudará a decidir de forma mais consciente.

Muitas vezes os conhecimentos de economia, psicologia, sociologia e antropologia são utilizados como ferramentas para vender mais, para persuadir o cliente a comprar o produto. Se o produto não atende às necessidades do cliente, no entanto, a sua satisfação será menor, o que pode prejudicar, no longo prazo, a empresa. Por isso, empresas que respeitam o consumidor dão grande importância a mantê-lo satisfeito, pois é isso que o mantém leal à marca e cria relacionamentos duráveis. Credibilidade e confiabilidade são valores importantes que se constroem ao longo do tempo e podem ser o maior patrimônio de uma marca junto à sua clientela.

Portanto, a psicologia, a economia, a sociologia, a antropologia e outras ciências podem se unir ao marketing não somente para detectar necessidades do cliente que não estão sendo atendidas e criar produtos ou serviços que as atendam, mas também para desenvolver produtos e serviços que sejam melhores para a sociedade e para o meio ambiente.

Os pesquisadores costumam criar perfis de consumidores, segmentando-os, para propor suas estratégias de marketing e vendas. É comum usar expressões do tipo: este produto é voltado para mulheres de 18 a 25 anos, da classe C, residentes na área X. Ora, duas moças podem ter todas essas características em comum, mas possuir gostos bem diferentes. A primeira pode ser recatada, conservadora, romântica, adorar comida caseira e música popular brasileira. A segunda pode ser mais expansiva, curtir heavy metal e esportes radicais, se vestir de forma arrojada e gostar muito de *fast-food*.

Outras características pessoais que diferenciam os consumidores são a introversão e a extroversão. Existem pessoas introvertidas, mais voltadas para seu mundo pessoal (o que parece ser o caso do rapaz na dúvida sobre se compra ou não o tênis), e pessoas extrovertidas, mais voltadas para o mundo externo, para suas relações com os outros (parece ser o caso do outro rapaz). Além disso, muitas pessoas são tímidas para algumas coisas e não para outras.

Por isso, as estratégias de marketing mais bem-sucedidas costumam agrupar seu público-alvo por gostos e tipos de personalidade. Mas é importante não se deixar levar por preconceitos e estereótipos do tipo “toda menina gosta de ganhar flores” ou “todo jovem é rebelde”.

CELULAR

Conteúdos formais relacionados	Despesas Orçamento pessoal ou familiar Planejamento
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Ler e interpretar textos que contenham vocabulário específico da Educação Financeira (C04) Tomar decisões autônomas de acordo com suas reais necessidades (C06) Atuar como multiplicador (C07)
Objetivo(s) específico(s)	Escolher o tipo de aparelho celular de acordo com as próprias necessidades Escolher o plano de telefonia celular que atende às próprias necessidades Compreender a fatura do celular
Descrição	O celular tem se mostrado um forte e constante objeto de desejo para os adolescentes e, ao mesmo tempo, pode ser fonte de dores de cabeça quando chega a conta da operadora. Esta SD procura orientar os alunos a distinguirem seus desejos e suas necessidades no que diz respeito à compra de celular e à escolha de plano de telefonia, assim como oferecer a oportunidade de avaliarem sua situação atual em relação a esses dois aspectos da questão.
Caderno do Aluno	Não



130

131



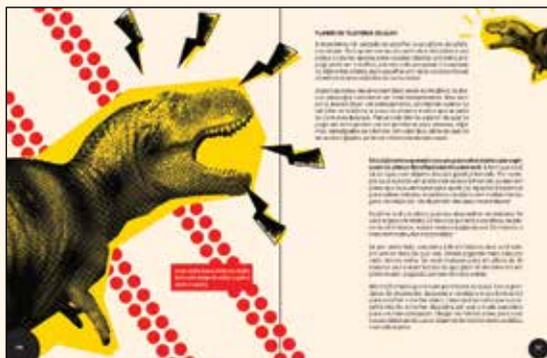
132

133

- 1 Professor, a aquisição de aparelhos celulares por adolescentes é um fenômeno tão marcante do nosso tempo que tem atraído a atenção dos pesquisadores. Um estudo (<http://tinyurl.com/estudo-consumo-celulares>) realizado na cidade de Viçosa (MG) em 2008 procurou analisar o comportamento de consumo de telefone celular entre os adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. Os dados obtidos mostraram que os adolescentes sofrem influências do seu grupo de referência para suas ações de consumo de telefone celular.

Esse aparelho parece ter mesmo entrado na vida familiar, especialmente porque traz maior tranquilidade e segurança para os pais, que, por meio do celular, podem manter contato constante com os filhos. Além disso, a necessidade de estar sempre atualizado com as novas tecnologias e o desejo permanente de melhorar a comunicação com os amigos constituem fortes molas propulsoras para a constante troca de telefone celular pelos adolescentes. Como consequência, o consumo e as contas mensais de aparelhos celulares têm causado abalos significativos nos orçamentos familiares, principalmente nos de famílias de baixa renda, como mostrou o referido estudo.

Tudo isso dito, justifica-se abrir para debate os meandros desse tema junto aos alunos. Esta SD contém muitas informações que podem ajudar você nessa tarefa, e cabe a você julgar quais das situações abordadas são as mais adequadas para a sua turma.



138

139



140

141

- 2** Se for possível, navegue com os alunos no site indicado nesta SD para que conheçam os serviços públicos a que podem recorrer em caso de problemas de consumo. E, no caso de haver um caso real na turma de necessidade de reivindicar um direito de consumidor, procure envolver os alunos na preparação do caso para ser levado adiante em cada um dos passos recomendados: primeiramente, a tentativa de resolver o problema diretamente com o fornecedor; se não houver retorno positivo, o encaminhamento do problema de consumo às agências reguladoras ou órgãos de defesa do consumidor. Uma situação dessas envolve uma série de saberes do aluno, tais como argumentação oral firme, mas polida, na primeira instância; a organização dos documentos e dos testemunhos que podem dar suporte à queixa; e, finalmente, a produção de texto escrito claro e conciso que explique e narre toda a situação. É, portanto, uma ocasião primorosa para os alunos perceberem a importância e utilidade de certas aprendizagens.
- 3** Embora esta atividade esteja voltada para a análise de situações concretas de quem dispõe de aparelho celular, ainda assim os alunos que não o têm podem participar, ajudando a decifrar informações contidas nos planos de telefonia móvel e na própria fatura mensal de uso do celular. Quando se compreende como se faz a cobrança de uso de telefone móvel, também se aprende a respeito de outros tipos de cobrança, porque eles possuem elementos em comum.

Um aspecto importante que pode ser explorado em qualquer uma dessas contas de consumo é justamente como se comporta o consumo daquele serviço ao longo do ano: será que todos os meses apresentam níveis de consumo praticamente iguais ou há meses em que o consumo aumenta ou diminui significativamente? Que fatores contribuem para a alta ou a queda do consumo? O que uma família pode fazer para ter mais controle sobre seu consumo ao longo do ano? Procure debater essas importantes questões com a turma e incentive os alunos a levarem o debate para dentro de casa.

Utilize esse espaço para suas anotações.

QUEBROU! E AGORA, QUEM ME DEFENDE?

Conteúdos formais relacionados	Consumo Código de Defesa do Consumidor
Competências	Debater direitos e deveres (C01) Ler e interpretar textos que contenham vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Identificar casos de práticas abusivas e de violação de direitos do consumidor Redigir os possíveis encaminhamentos para um problema de consumo, inclusive descrevendo os direitos básicos do consumidor violados.
Descrição	Esta SD aborda o Código de Defesa do Consumidor e sua importância para as relações entre produtores e consumidores. Fornece ao aluno ferramentas para buscar ajuda e defender-se contra práticas abusivas e violações de direitos do consumidor. Ajuda-o, portanto, a tornar-se um consumidor com as rédeas de sua vida financeira nas próprias mãos.
Caderno do Aluno	Não



142

143



150

151

1 Professor, esta SD em si é uma grande atividade. Está repleta de informações que os alunos podem ler de forma não linear a fim de conseguir escrever uma carta e encaminhar seu problema de consumo às instâncias competentes para solucioná-lo (fornecedor, agências reguladoras, órgãos de defesa do consumidor), inclusive com a indicação dos direitos do consumidor violados. Encontrar problemas dessa ordem é um fato recorrente na vida de consumidores, e, portanto, é importante que os alunos aprendam como proceder nesses casos, para que se tornem consumidores progressivamente mais conscientes e responsáveis e pessoas mais ativas e autônomas com relação aos problemas que enfrentam no mundo financeiro.

Para iniciar a aula, pergunte aos alunos se já deixaram passar problemas que tiveram com produtos e serviços e por quê. Se surgirem na turma casos recentes, aproveite-os como exemplo ao longo da SD para que as informações aqui apresentadas ganhem ainda mais concretude e estimule os alunos a resolverem esses casos, reportando seu andamento.

2 Aproveite o momento para aprofundar o debate sobre direitos e deveres de consumidores e fornecedores.

3 Veja como cada caso pode ser analisado:

RELÓGIO – o caso do relógio pode ser uma violação do item III (não tendo sido fornecida informação adequada sobre o relógio) ou do item IV (o relógio tendo sido anunciado como sendo à prova d'água sem sê-lo) do artigo 6º do CDC;

BICICLETA – aqui só haverá violação a direitos se o fornecedor se recusar a consertar ou substituir a bicicleta. Se a correia soltou por má qualidade do produto (e não por mau uso de seu dono), o consumidor tem direito a trocá-la. Se os alunos criarem dados novos indicando que o fornecedor recusou-se a realizar a troca ou o reparo, então se tratará de uma violação do item VI do artigo 6º do CDC;

PÃO INTEGRAL – a situação contempla uma violação do item III do artigo 6º do CDC, porque o produto não apresentar informação sobre sua composição;

ÁGUA SANITÁRIA – como havia um aviso de cuidado na embalagem quanto ao manuseio do produto, o fornecedor cumpriu sua parte. A situação, portanto, retrata um mau uso do produto pelo consumidor, não se constituindo como um caso em que o PROCON deva ser acionado;

CONTA DE TELEFONE – é uma prática abusiva de cobrança indevida;

LIVRO – trata-se de uma prática abusiva de ausência de orçamento com relação à taxa de entrega, cobrada sem ter sido informada e autorizada previamente pelo consumidor.

XAMPU E CREME DE CABELO – um exemplo típico de venda casada. O estabelecimento pode ter produtos embalados juntos compondo uma promoção, contanto que o consumidor tenha a opção de comprá-los separadamente. Se essa opção não existe, configura-se uma venda casada.

É importante lembrar que, dependendo das informações que os alunos acrescentarem aos relatos de seus problemas de consumo, pode haver alteração das práticas abusivas ou dos direitos violados que foram aqui atribuídos a cada caso.

A proteção e a defesa do consumidor são realizadas por diversos órgãos com atribuições e competências diferentes e por entidades civis de defesa do consumidor. **Você sabia disso?** Todos estes órgãos e entidades formam o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), que foi previsto pelo CDC.

Conheça um pouco mais sobre o SNDC:

SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SNDC)

PROCON: órgão estadual ou municipal que elabora, coordena e executa a política estadual ou municipal das relações de consumo. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo órgão, podem ser citadas: i) educação para o consumo; ii) atendimento das demandas dos consumidores, inclusive, contra os fornecedores de produtos e serviços; iii) fiscalização de estabelecimentos comerciais; iv) aplicação de sanções administrativas àqueles que descumprem o CDC; v) articulação com órgãos e entidades que trabalham com temas correlatos à proteção e defesa do consumidor. O consumidor para ser atendido no Procon não precisa de advogado. Se não há Procon na sua cidade, procure outros órgãos e entidades de defesa do consumidor como o Ministério Público, representado pelo promotor, a Delegacia de Polícia, para apuração dos crimes contra as relações de consumo, as Defensorias Públicas, juizados especiais/ justiça comum ou, ainda, entidades civis de defesa do consumidor

MINISTÉRIO PÚBLICO: dentre outros, zela pela aplicação e o respeito das leis como o CDC. Assim, defende os direitos e interesses da coletividade, inclusive da coletividade de consumidores. Quando ocorre lesão a direitos coletivos dos consumidores, o MP ajuíza ações civis públicas. Diferentemente da defensoria pública, os promotores não representam, junto ao Poder Judiciário, casos individuais de consumo.

DEFENSORIA PÚBLICA: presta assistência e orientação aos consumidores que não têm condições de arcar com advogado. Ademais, as defensorias também defendem de maneira coletiva os consumidores ajuizando ações civis públicas para resolver em um único processo diversas lesões aos consumidores.

DELEGACIA DO CONSUMIDOR: órgão da polícia civil que investiga a existência de crimes contra as relações de consumo.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: solucionam os conflitos cujos valores envolvidos não ultrapassem a 40 salários mínimos. Se a demanda for contra a Caixa Econômica Federal, o consumidor deve procurar o Juizado Especial Federal e o valor não poderá ultrapassar 60 salários mínimos. Se não houver órgão especializado, o Juiz atuante no município ou Comarca poderá adotar as medidas cabíveis.

ENTIDADES DE DEFESA DO CONSUMIDOR: são Organizações Não Governamentais (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Associações ou Fundações que têm por objetivo a proteção e a defesa dos consumidores. As entidades civis organizadas têm desenvolvido importante papel na defesa de direitos sociais representando os interesses gerais e setoriais da sociedade perante o poder econômico e a Administração Pública.

Você sabia também que a proteção e a defesa do consumidor é uma política de Estado? No dia internacional do consumidor, dia 15 de março de 2013, a Presidência da República lançou o Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), por meio do Decreto N° 7.963, que tem por objetivo promover a proteção e defesa do consumidor em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

TRADUZINDO O DINHEIRO

Conteúdos formais relacionados	Taxas de câmbio real e nominal Exportação/Importação/Balança comercial
Competências	Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida (C03) Ler e interpretar textos que contenham vocabulário específico da Educação Financeira (C04)
Objetivo(s) específico(s)	Utilizar a taxa de câmbio para converter moedas estrangeiras em moeda nacional Decifrar como é feita a cobrança em reais de compra realizada com cartão de crédito em outra moeda
Descrição	A SD apresenta os conceitos de taxa de câmbio, exportação, importação e balanço comercial a partir de um contexto de consumo de produtos importados, aproveitando essa circunstância para que conheçam as moedas de vários países. Além disso, os alunos são convidados a pesquisar e comparar como se comportam os preços de determinados itens em outros países.
Caderno do Aluno	Não



152

153



154

155

- 1 Professor, comece sondando com os alunos o que sabem a respeito de “moeda”: quantas moedas de quantos países diferentes eles conhecem? Em seguida, pergunte que ideias e informações têm a respeito de importação, exportação e balança comercial. Estimule-os a narrar casos reais relativos a quaisquer desses conceitos. Explore o significado dos sufixos nas palavras importação e exportação e o sentido do termo “balança” aplicado no contexto financeiro e no seu uso fora desse contexto.

Outra coisa importante, nesta SD, é a possibilidade de aproximar seus alunos do termo Taxa de Câmbio. Como você e seus alunos poderão ver a conversão para reais, na compra dos óculos da Nati, foi feita tomando como referência a cotação do dólar em 22/10/2009. Proponha aos seus alunos pesquisar no site do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br) a cotação do dólar no momento em que estiver trabalhando esta SD. Desta forma eles terão informações mais atualizadas e, certamente, perceberão que a variação da moeda estrangeira ocorre diariamente.

- 2 A desvalorização pode não funcionar se os custos de produção subirem com a inflação. Nesse caso, os R\$ 50,00 não são mais suficientes para pagar os custos, que ficaram maiores por causa da inflação. Essa situação é mais complicada. Por enquanto, basta lembrar que a desvalorização só favorece a exportação se não houver inflação. É o que se chama de “desvalorização real”.

Se coincidir de um evento mundial estar em pauta nessa época, como Copa do Mundo ou Olimpíada, aproveite para incentivar a turma a descobrir o nome da moeda dos países envolvidos e a taxa de câmbio dessas moedas em relação ao real.

O objetivo aqui, além de oferecer nova oportunidade de os alunos explorarem seus desejos e suas necessidades, é estimulá-los a conhecer diversas moedas e suas taxas de câmbio em relação ao real. Oriente os alunos a organizarem suas conclusões sobre esse assunto, observando que, nos diferentes países estudados, uma mesma quantia em reais não permitiria a compra de uma cesta básica com os mesmos produtos.

SONHO PLANEJADO

Temas envolvidos	Vida familiar cotidiana Vida social Bens pessoais
Descrição	Esta SD é indicada para fechar o Bloco 1, que é dividido em três temas: vida familiar cotidiana, vida social e bens pessoais.

Professor, esta SD encerra o Bloco 1, que trouxe três temas referentes ao âmbito individual no curto prazo. Foram eles: vida familiar cotidiana, vida social e bens pessoais. É recomendável que se termine o bloco com esta SD a fim de sistematizar a aprendizagem em um planejamento financeiro para realizar um sonho de curto prazo. Esse planejamento será criado individualmente pelos alunos, de modo que seja coerente com a realidade de cada um e possa ser de utilidade pessoal imediata. Afinal, é para isso que serve esse Programa de Educação Financeira!

Se os alunos se sentirem à vontade, é interessante que eles troquem ideias entre si sobre formas de se planejar, para que possam ajudar uns aos outros a alcançar seus sonhos.

A elaboração de um planejamento para a realização efetiva de um sonho pode ter um impacto altamente positivo para os adolescentes. Sejam quais forem suas condições de vida, o fato é que a experiência de ter um sonho realizado pelos próprios esforços deixará um gosto inesquecível de que é possível superar dificuldades e utilizar ferramentas e conhecimentos para “dar a volta por cima”. O Programa de Educação Financeira procurou contribuir de forma efetiva para oferecer aos alunos os meios para superarem eventuais limitações herdadas de seus antepassados e, assim, escreverem seu futuro com as próprias mãos.

Isso dito, entende-se por que é muito importante que você motive os alunos a utilizarem o Caderno do Aluno para anotar suas respostas às questões propostas e para fazerem seus planejamentos. Além disso, incentive-os a, no futuro, retornar ao Caderno do Aluno para registrar os resultados do seu sonho planejado. Nunca é demais lembrar o papel crucial do registro escrito no que diz respeito à sistematização dos conhecimentos adquiridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOVESPA. **Educação Financeira**. Material didático de uso interno.

CAVALCANTE, Francisco. MISUMI, Jorge Yoshio. RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais. O que é, como funciona**. Mercado de Capitais/Comissão Nacional de Bolsas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

COREMEC, **Proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira nas Escolas**. BRASIL, 2009.

ESCOLA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Manual de direito do consumidor**. Brasília, 2009.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Psicologia Econômica – estudo sobre comportamento econômico e tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

MANKIWI, Gregory N. **Introdução à economia. Princípios de micro e macroeconomia**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Revisão técnica de Reinaldo Gonçalves. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

TOLEDO, Denise Campos de. **Assuma o controle das suas finanças: você feliz com dinheiro hoje e no futuro**. São Paulo: Editora Gente, 2008.

UNIBACEN. **Educação Financeira: Gestão Financeira Pessoal**. Material didático de uso interno.

WEBSITES INDICADOS

Banco Central: <http://www.bcb.gov.br>

Banco do Brasil – Contabilidade Mental: <http://www.bb.com.br/portallbb//portallbb/page251,116,2233.bb?codigoMenu=1092@codigoNoticia=5567>

CVM: <http://www.cvm.gov.br>

SUSEP: <http://www.susep.gov.br>

Harvard Business Review Brasil – Finanças Comportamentais (Behavioral Finance): <http://hbrbr.com.br/index.php?artigo=4>

Portal do investidor: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br>

Psicologia Econômica: <http://www.verarita.psc.br>

Serviço de proteção ao consumidor: <http://www.portaldoconsumidor.gov.br/procon.asp>

SPC: <http://www.previdenciasocial.gov.br/spc.php>

GLOSSÁRIO

A

ANCORAGEM: fenômeno que acontece quando ficamos “marcados” por um número, valor ou situação, de modo que as escolhas subsequentes refletem essa influência – mesmo sem nos darmos conta disso. Quando esses valores mudam, e dependendo de quando e quanto, pode-se perder muito dinheiro por ter feito contas a partir de uma relação que não vale mais.

ANÁLISE DE DESPESAS: processo que consiste em levantar as despesas e em seguida estudá-las para verificar se o dinheiro está realmente sendo gasto com o que se pretendia gastá-lo.

APÓLICE: documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado e discriminando as garantias contratadas.

B

BALANÇA COMERCIAL: valor das exportações de um país, subtraído do valor das suas importações. Ela é superavitária quando as exportações superam as importações e deficitária em caso contrário. O país está em equilíbrio comercial se as importações forem iguais às exportações.

C

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC): previsto pela Constituição de 1988 e promulgado em 1990, trata-se de uma lei ampla que normatiza as relações entre consumidores e fornecedores, definindo responsabilidades, padrões de conduta, prazos, mecanismos para reparação de danos etc.

COMPORTEAMENTO GASTADOR: refere-se aos hábitos financeiros de certas pessoas: são as que tendem a consumir excessivamente, dando pouca atenção à poupança.

COMPORTEAMENTO POUPADOR: refere-se aos hábitos financeiros de certas pessoas: são as que tendem a poupar excessivamente, reprimindo o consumo.

CONSUMIDOR: Quem adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

CONTABILIDADE MENTAL: hábito de pensar no dinheiro que ganhamos e nas nossas despesas como coisas totalmente separadas. Dividimos o que recebemos e o que gastamos em compartimentos incomunicáveis, parecidos com gavetas ou pastas de um arquivo, o que faz com que tomemos decisões não razoáveis. Por exemplo: não faz muito sentido gastar todo o 13º com presentes, em vez de usá-lo para quitar dívidas. Nem manter uma dívida que cobra 10% de juros ao mês para não mexer num investimento que paga 0,6% de juros no mesmo período.

CONTA POUPANÇA: opção tradicional e segura de poupar. A segurança vem do fato de que o governo garante depósitos nas contas poupança até um certo valor por CPF. Isso significa que mesmo que o banco encerre suas atividades, não se perderá o dinheiro depositado até esse valor. O mesmo vale para contas poupança em duas instituições financeiras que tenham fechado, desde que o valor total dos depósitos não ultrapasse o valor estipulado na época.

CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO: não existe uma definição precisa sobre a duração do que é curto, médio e longo prazo. Muitos economistas, quando se referem à situação do país ou aos planos de uma família, usam a seguinte escala (que não é uma regra!): curto prazo – de 1 a 2 anos; médio prazo – de 3 a 9 anos; e longo prazo – acima de 10 anos.

CUSTO DE OPORTUNIDADE: cada vez que se faz uma escolha, opta-se por uma coisa e abre-se mão de outra. Ao gastar o dinheiro em algo, não se pode usá-lo para investimento. Isso tem um custo: o rendimento que se deixa de obter caso se investisse o dinheiro gasto. Esse é o custo de oportunidade.

D

DÉFICIT: em sentido econômico ou financeiro, é a diferença negativa entre dois valores representativos de receitas e despesas. No caso do orçamento familiar, se a primeira é maior que a segunda, a família está em déficit. O seu oposto é o superávit. Pode se referir também à balança comercial ou às finanças públicas, entre outras situações.

DEMANDA: refere-se a todos os tipos de atendimentos realizados pelo PROCON.

DESPERDÍCIO: refere-se às despesas que fazemos sem pensar e que pouco ou nada acrescentam à nossa qualidade de vida.

DESPESAS FIXAS: aquelas que têm presença constante no orçamento e cujo valor dificilmente sofrerá alterações significativas nos próximos meses. São os gastos nos quais seria muito difícil economizar. Por exemplo: aluguel ou prestação da casa própria; plano de saúde; telefone fixo; mensalidades de escola ou curso; condomínio.

DESPESAS VARIÁVEIS: aquelas cujo valor tem mudança significativa de um período para outro. Essas despesas podem ser de natureza planejada ou inesperada. Por exemplo: compra de presente; tratamento médico; reparo de um eletrodoméstico; reforma da casa; festa de aniversário; atividade de lazer (lan house, cinema etc.).

DESPESAS VARIÁVEIS PREVISÍVEIS: são as despesas que acontecem normalmente todos os meses. Por isso, apesar de serem variáveis, é possível prever seu valor e planejá-las. Seu valor pode ser reduzido, mas é difícil eliminá-las totalmente. Ex.: alimentação, transporte.

E

ECONOMIZAR: fazer escolhas e saber que elas jamais serão perfeitas, pois temos recursos limitados diante de nossos vários desejos.

EMPREENDEDORISMO: qualidade de pessoas empreendedoras, que assumem riscos, identificando criativamente novas oportunidades, abrindo seus próprios negócios e gerando empregos, contribuindo decisivamente para o crescimento da economia.

EMPRÉSTIMO: operação em que uma pessoa obtém dinheiro em uma instituição financeira, pagando juros por isso.

EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS: empréstimos concedidos a pessoas que têm uma renda fixa, um salário ou uma aposentadoria, por exemplo. Nesses casos, o pagamento do empréstimo é feito por meio de descontos efetuados sobre essas remunerações. Isso quer dizer que a pessoa recebe o seu salário ou aposentadoria tendo já descontado o valor da prestação. A segurança em receber as prestações possibilita que os bancos que fazem esse tipo de empréstimo cobrem juros mais baixos.

ESTIMATIVA: No plano financeiro, fazer estimativas é prever quais serão os seus gastos e/ou receitas em um determinado período (semana, mês, ano) ou em um determinado evento (viagem, churrasco, festa). Para se fazer estimativas, é preciso ter um método, utilizar a experiência adquirida ou pesquisar, senão é apenas brincar com a sorte.

EXPORTAÇÃO: venda, para usuários residentes no exterior, de produtos ou serviços produzidos no nosso país.

F

FINANCIAMENTO: operação mediante a qual uma organização, normalmente uma instituição financeira, viabiliza o pagamento de um produto ou um serviço de uma pessoa, ou de outra empresa, emprestando o dinheiro, sobre o qual cobrará juros. O financiamento diferencia-se do empréstimo comum por estar vinculado à venda de um bem ou serviço.

FORNECEDOR: toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, que desenvolve atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

H

HIPOTECA: tomada de empréstimo bancário dando um imóvel como garantia de pagamento.

I

IMPORTAÇÃO: compra, por usuários residentes no nosso país, de produtos ou serviços produzidos no exterior.

IMPOSTO DE RENDA: imposto federal que incide sobre diversas formas de rendimento (salários, lucros, rendimentos financeiros, aposentadorias, ganhos de capital etc.)

INADIMPLÊNCIA: é o descumprimento de um contrato, o fato, por exemplo, de se deixar de pagar o valor que se tomou emprestado.

INDENIZAÇÃO: valor que a sociedade seguradora deve pagar ao segurado ou beneficiário em caso de sinistro coberto pelo contrato de seguro.

INVESTIMENTO: destinação do dinheiro à ampliação da riqueza e do patrimônio. As empresas e o governo investem principalmente no aumento de sua capacidade de produzir bens e serviços. As famílias fazem isso, por exemplo, quando investem na educação dos seus membros. Normalmente, também dirigem sua renda não consumida a aplicações financeiras, remuneradas por taxas de juros e voltadas ao aumento de sua renda futura.

O

ORÇAMENTO DOMÉSTICO OU PESSOAL: registro sistemático de receitas e despesas previstas e realizadas por uma família ou uma pessoa. O orçamento permite ter maior controle sobre a vida financeira. Geralmente organiza-se por meio de uma tabela, na qual em um dos lados entra quanto se ganha (receitas) e no outro lado, quanto se gasta (despesas).

P

PLANEJAMENTO: refere-se ao conjunto de ações que se inicia ao traçar metas e avaliar as dificuldades para atingi-las, depois evolui para elaborar um plano com etapas para atingir as metas, contornando ou resolvendo as dificuldades previstas.

POUPANÇA: é a parte da receita que não é consumida, ou seja, é o dinheiro que se guarda, com o objetivo de utilizá-lo no futuro.

POUPADORAS: refere-se às pessoas que gastam menos do que ganham, ou seja, cujas despesas são menores que as receitas.

PRÊMIO: Importância paga pelo segurado ou estipulante/proponente à seguradora para que esta assuma o risco ao qual o segurado está exposto.

PRINCIPAL (INVESTIMENTO, EMPRÉSTIMO): em um investimento, como a aplicação em conta poupança, o principal consiste no dinheiro originalmente aplicado, somado a novos depósitos que venham a ser feitos. Exemplo: se uma conta poupança é aberta com R\$ 100,00 e todo mês for feito um depósito de R\$ 30,00, após três meses o principal da aplicação na conta poupança será de R\$ 190,00 ($100 + 30 + 30 + 30 = 190$). No caso de um empréstimo, o principal é o valor originalmente tomado emprestado.

PROCON: órgão estadual ou municipal que elabora, coordena e executa a política estadual ou municipal das relações de consumo. Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo órgão, podem ser citadas: i) educação para o consumo; ii) atendimento das demandas dos consumidores, inclusive, contra os fornecedores de produtos e serviços; iii) fiscalização de estabelecimentos comerciais; iv) aplicação de sanções administrativas àqueles que descumprem o CDC; v) articulação com órgãos e entidades que trabalham com temas correlatos à proteção e defesa do consumidor.

PRODUTO: é qualquer bem, móvel ou imóvel, produzido por meio da utilização de recursos materiais, financeiros, intelectuais etc.

R

RECEITA: refere-se ao dinheiro que entra no orçamento, ou seja, quanto uma pessoa recebe. As receitas fixas têm presença constante no orçamento, seu valor não costuma variar significativamente no curto prazo. Ex.: salário, pensões, aposentadoria, recebimento de aluguel etc. As receitas variáveis têm valor ou mesmo presença inconstante no orçamento. Ex.: comissões de vendas, ajudas eventuais da família, serviços como autônomo. Podem ser previstas ou inesperadas. O 13º salário é um exemplo de receita previsível de presença inconstante no orçamento. Uma herança é um exemplo de receita inesperada.

RECLAMAÇÃO: refere-se especificamente aos processos administrativos instaurados pelo PROCON.

RETORNO: na relação risco × retorno, o retorno corresponde à remuneração recebida pelo investimento feito. Os investimentos mais seguros pagam taxas mais baixas porque o risco de não se obter o retorno previsto é reduzido. Os investimentos mais arriscados, em que há chance de perda, pagam mais. Conclusão: quanto maior o risco, maior o retorno, da mesma forma que se o risco é baixo, o retorno também é.

RISCO: Evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevisível, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

S

SERVIÇO: qualquer atividade cujo resultado não é tangível, ao contrário das mercadorias. Os serviços são atividades diversificadas, compreendendo os salões de beleza, as escolas, os bancos, os escritórios de advocacia etc. Os serviços podem ser prestados por pessoas físicas, por empresas e pelo governo e destinam-se também a esses três grupos de agentes econômicos.

SINISTRO: ocorrência do risco coberto durante o período de vigência do plano de seguro. Ou seja, é quando o evento incerto de fato acontece e, portanto, o seguro é acionado.

SPREAD BANCÁRIO: A diferença entre a taxa de captação das instituições financeiras e a taxa de empréstimo cobrada dos clientes.

SUSEP: A Superintendência de Seguros Privados é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização e resseguro. Ela faz parte do Sistema Nacional de Seguros Privados e do Sistema Nacional de Capitalização. A Susep atua na regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral. (site: www.susep.gov.br)

T

TAXA DE CÂMBIO: “câmbio” é outra palavra para “troca”. A conversão entre as moedas de diferentes países é feita por uma proporção, que é a taxa de câmbio. Quando o real sofre uma **apreciação**, seu valor sobe, elevando a quantidade de moeda estrangeira que ele pode comprar. O movimento contrário é o de **depreciação do real**.

TAXA DE CAPTAÇÃO: taxa de juros com a qual o banco capta dinheiro, isto é, persuade as pessoas a deixarem seu dinheiro com ele, em troca de uma remuneração por seus investimentos.

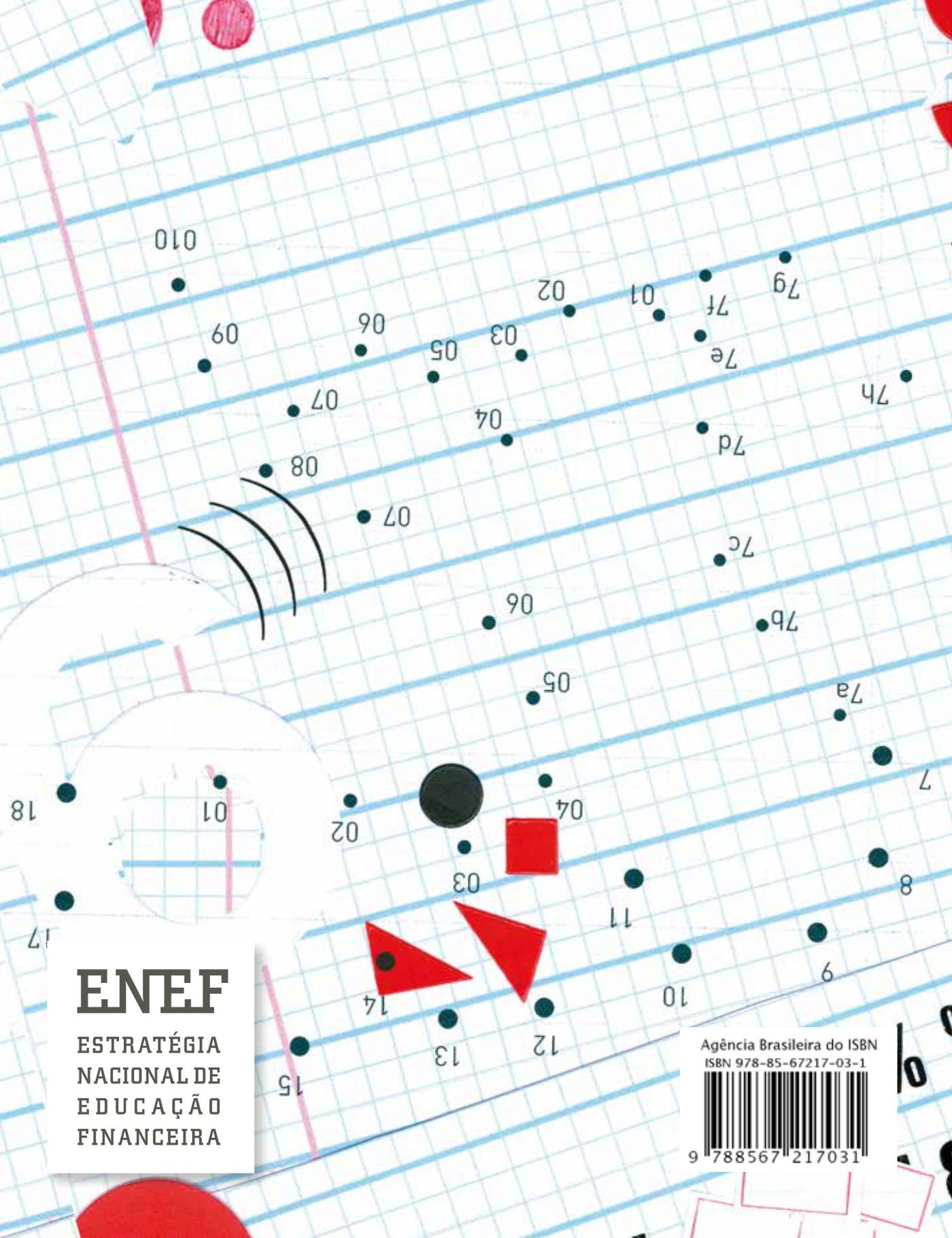
TAXA DE EMPRÉSTIMO: taxa de juros cobrada dos tomadores de empréstimos pelas instituições financeiras. A diferença entre a taxa de captação e a taxa de empréstimo é o spread (palavra em inglês, pronuncia-se “spréd”) bancário.

TAXA DE JUROS: preço do dinheiro, isto é, indica a renda derivada de um investimento ou o custo de um empréstimo. As taxas de juros são expressas em porcentagens mensais ou anuais. Por exemplo, 12% ao ano.

TAXA NOMINAL DE JUROS: taxa que o banco paga pelo seu investimento ou cobra pelo seu empréstimo.

TAXA REAL DE JUROS: taxa nominal de juros descontada a taxa de inflação.

TOMADORAS: termo que se refere às pessoas ou empresas que tomam empréstimos em instituições financeiras. Deve-se tomar empréstimos de forma calculada, para que as despesas com juros e amortizações (devolução parcelada do empréstimo) sejam compatíveis com as receitas.



ENEF

ESTRATÉGIA
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-67217-03-1



9 788567 217031